



VIII

CONGRESSO INTERNO

Documento de Referência para
a Plenária de dezembro de 2017

A Fiocruz e o Futuro do SUS e da democracia

APROVADO PELO CONSELHO DELIBERATIVO EM 20/11/2017



Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

A FIOCRUZ E O FUTURO DO SUS E DA DEMOCRACIA

1. INTRODUÇÃO

O Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de deliberação da instituição, é um componente central de sua democracia participativa, que possui três atribuições principais, segundo estabelecido pelo seu Estatuto: I - deliberar sobre assuntos estratégicos referentes ao macroprojeto institucional; II - deliberar sobre Regimento Interno e propostas de alteração do Estatuto; III - apreciar matérias que sejam de importância estratégica para os rumos da instituição.

O VIII Congresso Interno ocorre em um momento singular da história do país. Após anos de fortalecimento da democracia e das instituições democráticas, o país viveu a interrupção de um mandato presidencial eleito pela maioria e, em seguida, a radicalização de um programa de governo focado no ajuste fiscal, com o congelamento, por 20 anos, dos gastos primários.

Até o momento, os resultados do ajuste são redução de renda das populações mais vulneráveis e enfraquecimento da atividade econômica, com desemprego, queda de arrecadação e ampliação do desequilíbrio fiscal, mantendo-se intocadas questões centrais como o superávit primário para pagamento da dívida e as desonerações fiscais para grandes empresas. A este quadro adicionou-se um movimento de retirada de direitos, expresso na reforma da Lei Trabalhista (CLT), na Lei da Terceirização e na proposta de Reforma da Previdência e de redução de ações e programas governamentais voltados para a proteção social, estando a saúde entre as áreas mais impactadas. Some-se a isso também a drástica redução de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país, como educação e ciência, tecnologia e inovação e a fragilização das instituições públicas. Estas se encontram ameaçadas, sendo a atual condição das universidades públicas uma das expressões mais dramáticas desta situação.

Esse contexto está associado a uma conjuntura mundial de crise nas dimensões econômica, política, social e ambiental, caracterizada pela concentração de renda, pela 'financeirização' da economia, pela intolerância e por impactos de políticas ambientais equivocadas, comprometendo as gerações futuras.

Em síntese, o Brasil encontra-se diante de uma profunda crise política, econômica e institucional, cujo curso indica perda da soberania, ampliação das desigualdades, empobrecimento e eliminação da possibilidade de

construção de um sistema de bem-estar social. É fundamental e urgente, portanto, a defesa de um outro projeto de desenvolvimento.

Para a Fiocruz, um projeto de desenvolvimento deve ter como propósito o bem-estar de todos os cidadãos, com justiça social e inclusão. E isto implica, entre outras coisas, ter como um dos eixos orientadores exatamente aquilo que a Fiocruz realiza: ciência, saúde e educação. A atividade de ciência, tecnologia e inovação constitui um pilar essencial do desenvolvimento econômico, social e humano, devendo estar articulada com as necessidades da população. A geração e o acesso ao conhecimento possuem uma dimensão humana, de cidadania e de autonomia nacional. Um país sem conhecimento científico e tecnológico e sem capacidade para gerar inovações jamais terá soberania para estabelecer políticas públicas capazes de assegurar o acesso universal, integral e equânime em saúde. Este projeto também é indissociável da defesa da democracia e da redução das desigualdades, marca distintiva negativa do nosso país.

Diante desse contexto, amplia-se a responsabilidade de instituições como a Fiocruz, instituição estratégica de Estado que atua nos campos da saúde, ambiente e da ciência e tecnologia. As respostas dadas em situações críticas recentes, como foram os casos da emergência sanitária da epidemia de Zika e microcefalia, de febre amarela silvestre e da epidemia de febre amarela; e a participação em políticas governamentais, como as parcerias para o desenvolvimento produtivo, o Programa Farmácia Popular, a Rede Cegonha e a política de acesso aberto são exemplos da relevância da instituição na resposta aos problemas sanitários e na implantação de estratégias para o desenvolvimento.

É com base nessa análise e na compreensão de que o país se encontra diante de um divisor de águas que marcará pelos próximos anos a sociedade brasileira, que se propõe ao VIII Congresso Interno uma reflexão sobre os rumos do país e o papel da Fiocruz. Em particular, considerando a Fiocruz como um patrimônio da sociedade brasileira e ainda mais importante para o país neste momento, acredita-se que a comunidade deva refletir sobre as estratégias necessárias para preservar a instituição diante de uma conjuntura desfavorável, na qual medidas de redução da atuação do Estado e constrição de recursos para a ciência, a tecnologia e a inovação e para a área social geram retrocessos para as ações institucionais e, conseqüentemente, comprometem o futuro do país.

Por isso, é necessário que neste Congresso a Fiocruz esteja ainda mais unida em busca de criar as condições para ampliar a capacidade de resposta frente às necessidades da sociedade e em defesa do SUS, o que requer atualizar a política institucional. Para tanto, não basta apenas olhar para a conjuntura, sendo necessário que se tenha em mente os principais cenários futuros que devem orientar os caminhos a serem percorridos.

Nessa perspectiva, foram promovidas mudanças metodológicas que serão detalhadas adiante, cabendo ressaltar aqui somente que, diferentemente de congressos anteriores, optou-se por um modelo de discussão organizado em torno de grandes questões institucionais e de teses gerais para o avanço da Fiocruz face ao seu projeto de desenvolvimento de país. Isto não implica em abandonar o modelo baseado nos eixos estratégicos, uma vez que estes deverão ser atualizados no período pós-congressual, à luz das teses que serão defendidas e aprovadas.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência

O presente modelo tem por objetivo reforçar o caráter político, orientador da estratégia organizacional, do Congresso Interno, deixando os aspectos técnicos de detalhamento de objetivos estratégicos e demais desdobramentos para o período posterior. Após o Congresso será então realizado o desdobramento das diretrizes institucionais em ações e metas operacionalizáveis, contando-se com o apoio técnico das instâncias de gestão e com a participação de todas as unidades através, do Coletivo de Gestores, do Conselho Deliberativo, das Câmaras Técnicas e outros espaços

Com isso, o Congresso será centrado, portanto, nas grandes diretrizes institucionais que respondem às questões identificadas nos contextos externo e interno.

Além disso, dá-se também maior liberdade às unidades e aos diversos grupos de pensarem sobre as contribuições de suas áreas específicas à luz das grandes questões institucionais que são definidoras do futuro da Fiocruz. Assume-se, assim, um processo mais participativo e colaborativo na construção do documento de referência.

Este é um momento de união e de mobilização para que seja possível enfrentar o grave quadro que coloca em risco o futuro do país. O Conselho Deliberativo da Fiocruz convoca toda a comunidade para um amplo debate sobre nosso papel neste processo.

2. DINÂMICA E METODOLOGIA DO VIII CONGRESSO INTERNO

Desde o início de 2017 o Conselho Deliberativo da Fiocruz se debruçou sobre o desenho do VIII Congresso Interno. Em abril deste ano, foi debatido e aprovado o documento de diretrizes para a realização do Congresso e também foi definida a sua Comissão Organizadora. Em julho, foram aprovados o tema, a estrutura e o cronograma. No dia 6 de setembro foi lançada a Carta de Convocação do VIII Congresso Interno, com o tema: *A Fiocruz e o futuro do SUS e da democracia*.

Nessa perspectiva, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou as seguintes diretrizes no que diz respeito ao conteúdo do VIII Congresso Interno:

- Reforçar o seu **caráter político e propositivo**, com um olhar voltado para os principais desafios colocados pela conjuntura, que aponta sérias ameaças às políticas de proteção social e ao futuro da ciência, tecnologia e inovação e, conseqüentemente, à soberania do país.
- Reforçar o **caráter transversal e integrador dos temas** e não segmentações programáticas ou setoriais, as quais favorecem discussões isoladas. Neste sentido, as reflexões setoriais devem decorrer da análise de questões gerais que norteiam as estratégias da Fiocruz.
- Adotar o **modelo de apresentação de teses** a partir das principais questões identificadas como críticas para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. Por isso, o documento objeto de deliberação deve estar organizado na forma de teses, sendo todos os demais elementos necessários ou úteis à discussão organizados em documentos separados, como termos de referência, textos para discussão ou outros.

A arquitetura do VIII Congresso Interno, expressa em sua agenda, dinâmica e documento de referência, foi concebida visando aprimorar o rito congressual, que passa pela ampliação da inclusão e da transparência, pelo fortalecimento do debate técnico-político e culmina com a geração de um documento-guia objetivo e preciso quanto à orientação para o desenvolvimento institucional. Tais abordagens são detalhadas a seguir:

- Ampliaram-se a representação, a participação e a pluralidade na construção do documento de referência. Além do debate nas **unidades**, o período pré-congressual trouxe uma novidade, que é a colocação das teses em discussão nas **câmaras técnicas** e também em **consulta interna**, aberta a qualquer sujeito, individual ou coletivo, que quisesse contribuir para o debate. O propósito desta inovação foi promover o debate de maneira mais ampla possível, garantindo a oportunidade de todos participarem.
- Pela primeira vez, durante o processo e a plenária do congresso, além da participação dos servidores e dos trabalhadores terceirizados como observadores, haverá representação dos estudantes e da sociedade civil organizada.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência

- O documento de referência está organizado no modelo de teses, de onde se originam as diretrizes institucionais para os próximos anos. Desta maneira, viabiliza-se o propósito de garantir o caráter político e estratégico do congresso, deixando para o período pós-congressual a atualização dos mapas estratégicos; a definição de agenda de execução; a avaliação e prestação de contas; a definição de metas e indicadores dos mapas; a análise de portfólio e a definição de gastos estratégicos; o alinhamento de projetos e metas; e a execução e monitoramento dos projetos.

Após período de apreciação e contribuições ao documento proposto pela Comissão Organizadora, que se estendeu de 3 a 30 de novembro, e aprovação do Conselho Deliberativo da Fiocruz, em 20 de novembro, a Comissão Organizadora apresenta a versão final do documento a ser apreciado em plenária, nos dias 11, 12, 13 e 14 de dezembro.

Foram 50 documentos apresentados como contribuição, o que tornou o trabalho bastante complexo. A Comissão buscou ser inclusiva, contemplando o máximo possível as contribuições enviadas pelas unidades, pelas câmaras técnicas e pelo ambiente virtual criado com esse propósito.

O documento final, aprovado por unanimidade pelo Conselho Deliberativo em 20 de novembro, apresenta 11 teses para o debate, organizadas a partir de 11 questões estratégicas para os rumos da instituição.

A partir deste momento, as unidades já podem organizar seus debates para posicionamento e eleição de seus delegados, com vistas à plenária final.

3. CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

A última década foi marcada por uma conjuntura mundial de profundas crises de ordem política, econômica, social e ambiental, além do avanço de projetos neoliberais. Esta situação tem levado as sociedades a sacrifícios, como desemprego e perda de direitos sociais, em troca do enriquecimento cada vez maior das elites econômicas. Fatos políticos recentes como a eleição presidencial nos EUA, o reposicionamento geopolítico da Rússia, a política de ampliação de poderio econômico da China na Europa, África e América do Sul e a ampliação do nacionalismo europeu, podendo gerar fraturas na União Europeia, têm demonstrado o crescimento da intolerância social e dificultado o avanço de políticas de bem-estar social. Há ainda questões relacionadas às grandes migrações por motivos de conflitos armados, crises ambientais e econômicos, ou mudanças políticas (ex: Alemanha, UK Brexit, EUA vs México), expansionismo (China, Coréia do Norte) e crise no Oriente Médio). Outro fator criticamente importante foi o deslocamento do uso de mão de obra de fabricação dos países "produtores" para países com mão de obra barata, como Índia, China, Malásia, Filipinas etc., provocando importantes migrações de capital, tecnologia e importância geopolítica.

Em particular, os países emergentes e subdesenvolvidos têm sofrido com os efeitos dessas crises oriundas dos países ditos centrais. Os países não-desenvolvidos acabam enfrentando uma difícil trajetória de vencimento da crise econômica devido a questões como o seu endividamento, os elevados custos de empréstimo e os baixos preços de *commodities*, o que torna suas economias, em geral, mais vulneráveis aos aumentos de juros, à apreciação do dólar e ao aumento da aversão ao risco. Com isso, aumenta o abismo do desenvolvimento e das oportunidades entre os países centrais e os periféricos.

Outro aspecto do contexto internacional diz respeito ao controle global sobre a informação em geral, à informação científica e tecnológica e à cultura por pouquíssimas corporações, que já conformam quase um governo planetário (IBM, Microsoft, Google, Facebook por exemplo). Neste cenário, as editoras científicas comerciais se tornaram uma das indústrias mais lucrativas a nível mundial, com receitas globais de mais de £ 19 bilhões. Há uma concentração exponencial do capital, com prevalência do capital financeiro, conglomerando-se e fundindo-se com os mesmos grupos que se apoderaram da informação global. A capacidade de processamento de dados, da inovação e do desenvolvimento científico se encontra cada vez mais concentrada em poucos países. Como consequência destes fatores, já é evidente a perspectiva de enfraquecimento do papel dos estados nacionais, principalmente nos países periféricos, frente às grandes corporações e seus interesses.

Apesar desse cenário, há movimentos internacionais por padrões sustentáveis de desenvolvimento. Desde 2016, cerca de 200 países da Organização das Nações Unidas (ONU) são estimulados a seguir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Até 2030, a ONU pretende, a partir das três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) estimular principalmente ações para erradicar a pobreza extrema. A agenda 2030 representa o consenso de 193 países e mostra evolução rumo aos ODSs, principalmente quanto à valorização da inclusão social. Os 17 ODS refletem temas centrais como a qualidade

de vida das pessoas e o futuro do nosso planeta. Respeitando seu caráter universal, caberá aos países ajustarem essas diretrizes e seus mecanismos de implementação aos respectivos contextos nacionais. Cabe destacar o importante papel que cumprem na Agenda 2030 questões muito afeitas a áreas de atuação da Fiocruz, como a educação, a educação em ciências, a educação ambiental, a informação e comunicação e o patrimônio cultural como dimensão do desenvolvimento sustentável.

O Brasil, em 2017, encontra-se imerso em profunda crise sócio-política e econômica, sem perspectiva imediata de recuperação. O crescimento do PIB para 2017, conforme o boletim *Focus*, está projetado para 0,3% com tendência de baixa, ou seja, com tendência a não haver crescimento. Para 2018, projeta-se o baixo valor de 2%, com igual tendência de redução. O consumo tende a cair em função do elevado desemprego, hoje em torno de 14% e com pico em 2018, do endividamento das famílias, da reforma fiscal, que limita os gastos do governo, e das dívidas das empresas. Além disso, o Brasil está inserido numa turbulência política em função de denúncias contra o Legislativo e o Executivo, ampliando o descrédito na política. Analistas afirmam que se trata de uma recessão profunda com perspectiva de duração longa, similar à dos anos 1980.

Após um breve período de avanço das políticas sociais e de redução das desigualdades, observa-se o retorno de um projeto pautado exclusivamente pelos interesses do mercado e que tem, de maneira rápida e intensa, suprimido direitos há muito conquistados pelos trabalhadores. As mudanças promovidas na legislação trabalhista e as propostas para a previdência, além da retração de investimentos em políticas sociais, geram um quadro extremamente desfavorável aos trabalhadores e aos mais pobres.

As poucas iniciativas que reforçam o caráter público da comunicação, como o Marco Civil da Internet, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), estão sendo esvaziadas.

O setor de Ciência, Tecnologia e Inovação tem vivido uma de suas piores crises. Em 2017 o governo anunciou uma redução orçamentária da ordem de 44% no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Com isso, o valor destinado à área é o menor em 12 anos. Para 2018 estão previstos novos cortes, que geram risco de colapso imediato e irreversível do sistema. A pesquisa em saúde no Brasil é considerada como uma das mais relevantes entre os setores de transformação. A agenda de pesquisa em saúde vem ganhando complexidade em função de fatores como novos padrões de morbidade, aumento de demandas ao sistema de saúde e da exigência de desenvolvimento sustentável. Os cortes realizados já estão interrompendo pesquisas, acelerando saída de pesquisadores do país, fechando laboratórios e interrompendo carreiras científicas de jovens, e, por conseguinte, levando o país a um rumo equivocado, obstruindo uma importante porta de saída para a crise.

Os movimentos do governo brasileiro no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação contrastam com a posição de outros governos de países com grande ímpeto desenvolvimentista, como China, EUA, Israel e Coreia do Sul, além da própria União Europeia. Em épocas de crise, estes países aumentam o investimento em pesquisa e desenvolvimento, bem como buscam alternativas de gestão e avaliação que conformam um novo ecossistema na ciência e tecnologia que contribua para o desenvolvimento científico e sustentável das nações. Essa perspectiva está fortemente expressa no movimento da Ciência Aberta, que pressupõe a abertura de

todo o ciclo de produção do conhecimento, especialmente a abertura de dados científicos gerados por pesquisa com financiamento público, e que vem pautando as principais políticas de agências de financiamento a nível mundial, como National Institutes of Health, Fundação Bill e Melinda Gates, Wellcome Trust e Horizon 2020. A União Europeia chegou a um acordo pelo qual pretende destinar 3% do PIB a pesquisa e desenvolvimento (P&D) até 2020. Nos EUA, até o ano passado, se aplicava em torno de 2,7% do PIB em P&D. A China está com crescimento desacelerado, mas ao mesmo tempo está investindo mais em pesquisa, com um incremento de 26% anunciado pelo primeiro-ministro para 2017.

No campo da saúde, a retração dos investimentos em CT&I no Brasil podem representar um golpe mortal para o futuro do país. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que há uma tendência mundial de ampliação dos investimentos e aplicações nos campos da nanotecnologia e da biotecnologia até 2035. O prognóstico é que avanços científico-tecnológicos biotecnológicos caminhem no sentido da medicina personalizada e drogas customizadas que atuam especificamente em órgãos ou tumores por meio de reconhecimento molecular, o que poderá permitir aprimoramento da medicina preventiva e o delineamento de terapias customizadas. Também há significativo avanço nos campos da nanotecnologia e da automação (robótica; tecnologias de informação e comunicação em geral), com a ampliação do desenvolvimento de dispositivos computacionais para monitoramento humano, liberação controlada de fármacos e próteses robóticas capazes de imitar as funções biológicas.

O momento político é de polarização e disputa e não há como avançar sem enfrentamento, no sentido de se buscar reverter as perdas de direitos sociais que se acumulam. Está em curso um projeto de desmonte e privatização das instituições públicas, com amplo apoio dos meios de comunicação, colocando em risco a ideia de construção de uma nação soberana.

A crise da saúde vem ganhando contornos inimagináveis. O SUS, nos quase 30 anos de implementação, proporcionou muitos avanços na redução das desigualdades de acesso, com fortes impactos nos indicadores de saúde no país. Programas promovidos pelas políticas de Formação e Educação Continuada para os trabalhadores do SUS, o Mais Médicos, as parcerias de desenvolvimento produtivo, universidade aberta do SUS, entre vários outros exemplos, atestam que é possível avançar, ainda que não tenhamos tido, durante todo esse período, financiamento adequado e sustentável. O SUS apresenta desde o início problemas crônicos, como o subfinanciamento, a alocação e capacitação da força de trabalho, a predatória relação público/privado tanto para a gestão pública como para a implementação do caráter universalista da saúde, o modelo de atenção centrado na doença e no hospital, entre outros. Mais recentemente, vem se intensificando no setor assistencial a formação de fortes grupos econômicos voltados à exploração financeira da saúde. A aprovação da Emenda Constitucional 95, que limita a ampliação de gastos públicos nos próximos 20 anos, representa um golpe mortal nas políticas de proteção social e, em especial, nas políticas de saúde.

Está em crise a noção conquistada com a constituinte de 1988 de saúde como um direito universal. É claro o processo de mercantilização da saúde, com permissão dada à entrada de capital estrangeiro a qualquer ação ou serviço de saúde e com a proposição de comercialização de planos de saúde populares, com cobertura

menor de serviços. Esta situação se fez patente com a alteração da Lei 6.360/76 pela Lei 13.097/2015, que permitiu que laboratórios privados possam executar atividades anteriormente típicas de Estado.

A Política de Atenção Básica passa por importantes inflexões, sem um amplo debate com todos os segmentos responsáveis pela condução do sistema de saúde, com fortes resistências do Conselho Nacional de Saúde. A saúde mental, a saúde das populações do campo e floresta e águas e a atenção à saúde em favelas são algumas das áreas que podem sofrer retrocessos importantes na situação atual, sem contar com programas já descontinuados, como é exemplo o Farmácia Popular do Brasil.

Cabe ressaltar que esta situação de desmonte do sistema de saúde universal se dá em um ambiente de complexidade do quadro demográfico e epidemiológico brasileiro, onde se observa a sobreposição de padrões. Convivem, lado a lado, doenças transmissíveis há muito existentes; doenças emergentes e re-mergentes, com os acidentes de trânsito, homicídios, neoplasias, doenças do aparelho circulatório, diabetes e suas complicações; além de doenças neurodegenerativas e obesidade. A tríplice epidemia de arbovírus e a situação da dengue no país são alguns dos exemplos que revelam as dificuldades de o sistema de saúde dar respostas aos problemas vividos pela população brasileira. Além disso, a tendência de inversão da pirâmide etária indica no médio prazo um impacto significativo no modelo de atenção à saúde e no financiamento do sistema. Também a questão urbana é central para a saúde, em função das rápidas e desordenadas urbanizações, que geram aglomeração e falta de estrutura básica como saneamento e, conseqüentemente, condições favorecedoras do desenvolvimento de problemas de saúde pública, como a dengue e a violência.

Observa-se ainda a reversão de políticas importantes em áreas de atuação centrais da Fiocruz, entre as quais a produção de insumos para a saúde e as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

O Complexo Econômico e Industrial da Saúde, além de seu papel na garantia de acesso a insumos para a população e sustentabilidade do SUS, tem relevância na agenda de desenvolvimento nacional. No Brasil, ao longo dos últimos anos, muito se tem feito pela pesquisa e o desenvolvimento nacionais, com ações como o uso do poder de compra do Estado, as PDPs, os Profarmas do BNDES, a ENCTI 2016-2019 e o novo marco legal de Ciência e Tecnologia (Lei 13.243/16). Retrocessos neste campo, portanto, colocam em risco não apenas a capacidade de o Estado garantir o acesso da população, mas também representam a impossibilidade de o Brasil se desenvolver tecnologicamente e fazer frente aos conglomerados internacionais, perpetuando assim a relação de dependência.

Na esfera do governo federal observamos retrocessos em políticas no campo ambiental e econômico. São muitos os exemplos de recuo na defesa da soberania nacional, na exploração das riquezas minerais e petróleo, na exploração sustentável em biomas como da Amazônia, na proteção da saúde dos trabalhadores, bem como, na restrição ao uso de agrotóxicos pelo agronegócio, na proteção aos povos indígenas, além da participação do setor público na área de água e saneamento, com forte ameaça de privatização. Todos estes recuos produzem fortes impactos sobre a economia nacional e na qualidade de vida das populações.

Para reverter toda esta situação, o Estado precisa ser recolocado no centro da discussão do desenvolvimento nacional, uma vez que ainda é o principal ator de regulação e desenvolvimento da vida social, econômica e



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Presidência

política dos países em desenvolvimento, destacadamente nos campos da ciência e da educação que promove, como elementos constitutivos da perspectiva da saúde como direito de todos. É imprescindível ao Estado brasileiro realizar indução de política públicas para atender à complexidade do desenvolvimento nacional, conforme o IPEA, segundo os seguintes eixos: 1) inserção internacional soberana; 2) macroeconomia visando o pleno emprego; 3) infraestrutura econômica, social e urbana; 4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; 5) sustentabilidade ambiental; 6) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; 7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

4. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Fiocruz viveu, na última década, significativo crescimento e fortalecimento como instituição de Estado e estratégica para a saúde. Tal condição pode ser facilmente atestada pelos relatórios de gestão que evidenciam a ampliação da produtividade em pesquisa, a ampliação da pós-graduação, a inserção dos institutos tecnológicos em políticas centrais de desenvolvimento nacional, o fortalecimento da área de informação e comunicação, a criação dos institutos nacionais, órgãos auxiliares do Ministério da Saúde, que têm como objetivo dar suporte ao planejamento de iniciativas em sua área de competência, gerar conhecimento e contribuir para políticas e programas nacionais de saúde, a ampliação da presença nacional da Fiocruz, a participação em políticas centrais para o Ministério da Saúde e o Governo, entre tantos outros indicadores. Tal crescimento é observado também nas mudanças de condições orçamentária, de infraestrutura e de pessoal. A Fiocruz ampliou seu quadro de servidores em mais de 3000 pessoas.

Tendo em vista as recentes propostas e alterações legislativas no âmbito trabalhista e previdenciário, faz-se necessário ressaltar a importância da função social do trabalho e sua relação com a dignidade da pessoa humana, que é o fim maior que deve ser buscado pelo Estado em quaisquer de suas intervenções. Um trabalhador com boas condições de trabalho e salário que atenda ao mínimo necessário à existência digna, possui amplas condições de ter uma vida saudável, propiciar à sua família uma adequada assistência, e investir em sua qualificação, o que reflete inclusive na saúde e no melhoramento do setor econômico do país. O trabalho assume vital importância para os que dele sobrevivem, constituindo-se, por derradeiro, condição para o gozo de uma cidadania política e social, ao lado de uma existência digna. A FIOCRUZ deve portanto, manifestar-se contrária a qualquer tentativa de precarização das relações de trabalho.

O fortalecimento do caráter nacional da Fiocruz foi um elemento distintivo dos anos recentes, tanto pela ampliação da presença da Fiocruz em outras regiões, como são os casos do Paraná, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí, quanto do fortalecimento da articulação entre as diferentes unidades, em especial mediante o Fórum das Unidades Regionais.

Entre as resultantes não apenas do seu crescimento, mas do seu fortalecimento, observou-se a ampliação da participação em importantes políticas governamentais, como o Programa Nacional de Imunização, o Programa Nacional de HIV/AIDS, o Programa Farmácia Popular, a Rede Cegonha, a Universidade Aberta do SUS, a estratégia de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, entre outras, e da capacidade de resposta a problemas de saúde pública que tiveram repercussão no período, como foram os casos, por exemplo, da tríplice epidemia de arbovírus (Dengue, Chikungunya e Zika), da febre amarela e do Ebola.

A atuação da Fiocruz no enfrentamento da emergência sanitária representou um importante aprendizado, pois evidenciou o potencial da instituição a partir da ação integrada dos seus diferentes campos de atuação. Foram diversas as respostas, incluindo o estudo epidemiológico que constatou a associação dos casos de microcefalia com a infecção pela vírus Zika o isolamento e sequenciamento do vírus Zika, evidenciando sua presença ativa em saliva, líquido amniótico e em cérebro de feto microcefálico, o desenvolvimento e disponibilização do kit para diagnóstico simultâneo de Zika, Dengue e Chikungunya, a realização de programas

de programas de educação continuada para formação de profissionais de saúde para manejo clínico de Zika e Chikungunya, com aproximadamente 100 mil inscritos, a coordenação de estudo em conjunto com NIH/USA sobre a história natural da microcefalia congênita causada pelo Zika Vírus, o desenvolvimento de tecnologias de controle vetorial, como o projeto Wolbachia e as unidades dispersoras de inseticidas, entre outras iniciativas, além da destacada atuação na atenção à saúde, em especial nos institutos nacionais de infectologia e da saúde da mulher, da criança e do adolescente.

A epidemia de Febre Amarela foi outro exemplo da importância da Fiocruz e da relevância da capacidade de produção pública de insumos para a saúde. Pode-se afirmar que o enfrentamento da epidemia, em âmbito mundial, teria sido muito mais difícil sem a participação da Fiocruz, novamente se destacando o desenvolvimento de estratégias em diversos campos como a vigilância, a produção de insumos, a formação de recursos humanos, a pesquisa e a informação e comunicação em saúde.

Em função de sua destacada atuação, a Fiocruz mantém elevada reputação e reconhecimento, atestados tanto pela Pesquisa de Reputação feita em 2015, que revela que a Fiocruz está entre as instituições de maior reputação no Brasil, quanto pela Pesquisa de Representação Social da Ciência promovida pela SBPC, que mostra que a Fiocruz é a instituição de pesquisa mais lembrada pelos brasileiros. Também em 2015, a instituição foi condecorada pelo CNPq com o Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica na categoria “instituição ou veículo de comunicação” levando em conta “a qualidade e relevância da instituição, pela sua história, diversidade de programas e ações em prol da divulgação e popularização da ciência, tecnologia e inovação” segundo a comissão julgadora do prêmio.

Um elemento importante é que como decorrência da ampliação da atuação da Fiocruz em âmbito nacional e internacional, cresceu consideravelmente a rede de relações institucionais ao mesmo tempo em que houve ampliação da sua visibilidade. A presença da Fiocruz em 10 estados brasileiros é importante pela contribuição ao desenvolvimento local e nacional a partir de suas ações no campo científico e tecnológico. Além disso, a rede de relações constituída com amplo espectro de setores da sociedade e do Estado é um elemento central na atual conjuntura externa e deve ser trabalhada como estratégica para a preservação da instituição.

Diversos acordos com governos estaduais, como Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, São Paulo, Piauí, têm marcado a relevância da inserção da Fiocruz no território nacional. Em particular, inovações no modelo de parcerias, como é o caso do acordo trilateral Fiocruz/USP/Instituto Pasteur têm trazido novas oportunidades e afirmado a importância da Fiocruz no desenvolvimento de estratégias científicas e tecnológicas que articulam simultaneamente o global e o local.

O mesmo é válido no campo internacional. Nos últimos anos a Fiocruz intensificou sua atuação no plano internacional, não apenas pelas intensas redes de colaboração científica, mas principalmente, pela sua inserção protagonista em diversas redes de cooperação estruturante, em particular com países da América Latina e da África. Recentemente, destacam-se os acordos firmados na 70ª Assembleia Mundial da Saúde para fortalecimento dos PALOPS, com algumas iniciativas como a criação da Rede de Bancos de Leite dos PALOPS, a retomada do e-português e a proposta de fortalecimento da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RINSP-CPLP). A realização da 8ª Conferência-

Luso Brasileira de Acesso Aberto, que este ano será sediada na Fiocruz, com o tema 'Do Acesso Aberto à Ciência Aberta', revela a importância da instituição na discussão internacional sobre um dos temas mais debatidos no âmbito acadêmico atualmente e a perspectiva de avanços para definição de diretrizes sobre gestão de dados de pesquisa. Também o projeto *Investigación, Educación y Biotecnología Aplicadas a Salud*, financiado pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) representa a primeira iniciativa em rede no campo da saúde, desenvolvida no âmbito do Mercosul.

No entanto, malgrado expressivo papel desempenhado pela Fiocruz nos cenários nacional e internacional nos últimos anos, a atual crise, tanto pelos seus contornos econômicos quanto políticos, tem imposto uma nova realidade e colocado desafios importantes à instituição. As restrições econômicas aliadas a políticas de governo contrárias em muitos casos às teses defendidas pela Fiocruz colocam em debate o tema do papel de Estado da Fiocruz e a necessidade de garantia de autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional. Os efeitos desta crise já se fazem sentir na instituição, incluindo significativas restrições orçamentárias, redução do quadro de pessoal em função de aposentadorias e retração de investimentos fundamentais para o futuro. Tal quadro torna a questão da sustentabilidade um ponto crítico de discussão.

Diante deste cenário, um objetivo é acumular forças políticas em uma conjuntura desfavorável e assegurar a condição de instituição de Estado, com autonomia e estabilidade. O outro, de natureza interna, deve voltar-se para seus processos e buscar maior eficiência e controle de riscos em suas ações e estratégias, com vistas a garantir sustentabilidade e segurança no desenvolvimento de sua missão.

É necessário contribuir para articular um amplo arco de aliança em defesa dos direitos sociais, do SUS, da Ciência, Tecnologia e Inovação e das instituições públicas. Neste contexto, é fundamental que a Fiocruz lance mão da sua imagem para promover uma intensa mobilização em torno dos valores democráticos e dos direitos sociais.

No plano interno, a Fiocruz possui uma distinção importante e tem reafirmado continuamente o seu papel estratégico de instituição nacional, seja no desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, seja na oferta de produtos e serviços em saúde. Atualmente, a Fiocruz é a maior instituição pública na oferta de produtos estratégicos para o SUS, com incorporação de tecnologia e inovação, e uma das cinco maiores do país. É a maior instituição não universitária de formação de recursos humanos especializados em saúde. Possui a maior participação nas parcerias para o desenvolvimento produtivo, sendo a única que possui parceria para co-desenvolvimento, contemplando a transferência de tecnologias estratégicas que constituem inovação em âmbito nacional e que reduzem a vulnerabilidade do SUS. O seu papel inovador da área de serviços e da organização das ações em saúde também faz parte da estratégia institucional de inovação para transformar o conhecimento em benefícios sociais, envolvendo as unidades e os centros que lidam com a promoção, a vigilância, a prevenção, a atenção e a pesquisa em saúde. É das poucas instituições no mundo que possui no seu interior todos os componentes da chamada cadeia de inovação. Coordenar estes vários elementos com foco na ampliação da capacidade de inovação é um dos maiores desafios institucionais. Cabe ressaltar também a expressiva qualificação do seu quadro de pessoal, com mais de 1300 doutores, mais de mil mestres



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência

e centenas de profissionais especializados em suas diversas áreas, e que dão à Fiocruz capacidade singular de desenvolver suas atividades com qualidade diferenciada.

Um dos pontos centrais para o desenvolvimento institucional está relacionado à capacidade de superação da fragmentação, muitas vezes com duplicação de atividades, pulverização de recursos e ineficiências. Políticas e estratégias recentes têm sido adotadas com o intuito de mitigar os problemas decorrentes desta fragmentação. Exemplos são o fortalecimento de pactos institucionais em torno de políticas, como é o caso da política de comunicação; a adoção de programas indutores que valorizam o trabalho em rede; a criação de novos espaços de compartilhamento e a adoção de medidas administrativas para ampliar a escala e o escopo, como é o exemplo das compras compartilhadas. No entanto, embora relevantes, tais medidas ainda não conseguiram superar as dificuldades de um modelo de governança fortemente descentralizado e com elevada fragmentação.

5. QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A INSTITUIÇÃO

A análise de ambiente realizada indica algumas questões centrais para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. A partir destas questões, elencadas abaixo, é que serão desenvolvidas as teses que estarão em apreciação neste Congresso:

1. Como consolidar o papel de Estado da Fiocruz, que transcende governos, na perspectiva de garantia da realização da missão institucional?
2. Como atuar em defesa o direito universal à saúde em um ambiente desfavorável politicamente e com claro avanço de medidas regressivas no âmbito do Estado brasileiro?
3. Como atuar nos processos de geração e apropriação de conhecimentos desenvolvidos na Fiocruz em suas várias áreas de atuação, visando consolidar e ampliar o potencial institucional para compreender criticamente e resolver problemas nacionais em saúde e fortalecer a ciência no país?
4. Como fortalecer e articular a capacidade de formulação estratégica da Fiocruz para nortear as estratégias e ações institucionais e subsidiar as políticas públicas, frente ao contexto de profundas mudanças nas condições de saúde e da 4ª Revolução Industrial, de elevado viés tecnológico, que representam desafios estruturais para viabilizar os princípios do SUS?
5. Como ampliar a capacidade da Fiocruz de transformar os conhecimentos e tecnologias gerados na instituição e na sua rede de colaboradores, incluindo o setor produtivo, em atividades produtivas e em novos produtos, bens e serviços que cheguem à população, consolidando-se como instituição inovadora referida nas necessidades do SUS, ampliando acesso, em especial diante de um cenário de mudanças nas políticas, que reduzem o papel dos produtores públicos no país?
6. Como articular estratégia de interação com a Agenda 2030 de forma a potencializar a contribuição da Fiocruz para sua realização e otimizar as oportunidades que oferece para a consolidação de seu papel como Instituição Estratégica de Estado, fortalecimento de redes cooperativas, suporte político e coesão e mobilização institucional.
7. Como potencializar a nossa capacidade de atuação no campo da vigilância em saúde, uma vez que a instituição conta com estrutura e competências singulares neste campo central de desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro?
8. Como promover maior sinergia e efetividade nas ações institucionais, reduzindo-se a fragmentação e promovendo a integração das diversas áreas e ações da Fiocruz e, ao mesmo tempo, ampliar a segurança das ações institucionais, minimizando os riscos à integridade pública e imprimir maior eficiência e economicidade aos processos administrativos, gerando soluções focadas no crescimento e na produtividade da gestão com impactos positivos nos resultados finalísticos?
9. Como consolidar a Fiocruz como agente de Estado catalisador na geração de conhecimento e inovação em saúde a partir da Amazônia, contribuindo, simultaneamente, para resolução de problemas relevantes em saúde pública e para o desenvolvimento sustentável do país?



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência

10. Como reafirmar e aperfeiçoar o papel protagonista da Fiocruz na diplomacia da saúde e da ciência e tecnologia em saúde? Como levar isto a termo por meio da cooperação e da representação internacional, capazes de garantir a incorporação dos seus resultados de forma solidária, compartilhada, mas soberana? Como se relacionar internacionalmente com outras grandes instituições incorporando inovações tecnológicas de alto nível e relevância para o SUS, apoiando simultaneamente um processo de solidariedade com o desenvolvimento de sistemas de saúde e de CT&I em saúde com o mundo em desenvolvimento?
11. Como fortalecer a Fiocruz enquanto instituição que busca eliminar todas as formas de discriminação, exclusão e violência, tanto em seu espaço organizacional como na sociedade, sendo promotora de justiça social e de equidade de gênero, etnia e acessibilidade?

6. TESES PARA O DEBATE

TESE 1

A Fiocruz é uma instituição pública e estratégica de Estado, vinculada ao Ministério da Saúde, e deve interagir com os governos democraticamente eleitos, suas políticas e com a sociedade, respeitando de forma rigorosa os limites, possibilidades e compromissos que assume em sua missão. Para garantir o cumprimento desse seu papel social, a Fiocruz deve ter viabilizadas pelo Estado as condições necessárias para uma atuação autônoma, estável e sustentável.

QUESTÃO

Como consolidar o papel de Estado da Fiocruz, que transcende governos, na perspectiva de garantia da realização da missão institucional?

FUNDAMENTAÇÃO

A Fiocruz é uma instituição pública estratégica de Estado e um patrimônio da sociedade brasileira. Possui um papel importante não apenas nos campos da saúde e da ciência e tecnologia, mas também representa um elemento relevante na institucionalidade democrática brasileira. Seu modelo de gestão democrática e participativa, em 2003 ganhou maior estabilidade, em função da publicação do decreto que aprovou seu estatuto considerando todas as regras e mecanismos do seu modelo de governança.

A Fiocruz tem reafirmado continuamente o seu papel estratégico de instituição nacional, seja no desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, seja na oferta de produtos e serviços em saúde. Atualmente, a Fiocruz é a maior instituição pública na oferta de produtos estratégicos para o SUS, com incorporação de tecnologia e inovação, e uma das cinco maiores do país. É a maior instituição não universitária de formação de recursos humanos especializados em saúde. Possui a maior participação nas parcerias para o desenvolvimento produtivo, sendo a única que possui parceria para co-desenvolvimento, contemplando a transferência de tecnologias estratégicas que constituem inovação em âmbito nacional e que reduzem a vulnerabilidade do SUS. O seu papel inovador da área de serviços e da organização das ações em saúde também faz parte da estratégia institucional de inovação para transformar o conhecimento em benefícios sociais, envolvendo as unidades e os centros que lidam com a promoção, a vigilância, a prevenção, a atenção e a pesquisa em saúde. É das poucas instituições no mundo que possui no seu interior todos os componentes da chamada cadeia de inovação.

O modelo de gestão democrática participativo deu à Fiocruz estabilidade maior que grande parte das instituições públicas brasileiras, permitindo a eleição de seus dirigentes, instituindo mecanismos democráticos de caráter deliberativo e/ou consultivo, como o Congresso Interno e os Conselhos Deliberativo e o Conselho Superior. No entanto, como a conjuntura atual demonstra, a estrutura centralizada e modelada por rígido controle burocrático da administração pública brasileira, associada à sua captura pelos interesses do capital e do patrimonialismo político, tem o potencial de promover verdadeiros desmontes nas instituições públicas e dos projetos a elas associados.

A prática de restrição orçamentária e a supressão de investimentos pode ser utilizada para asfixiar a instituição, o mesmo valendo para o caso de alocação de pessoal via concursos e alocação de cargos comissionados para a gestão, entre outras práticas. Uma das questões que a crise atual obriga a abordar é a do financiamento da Fiocruz, ou seja, a da sustentabilidade dos gastos sociais. Ela está na base da EC 95, que asfixia as instituições públicas, em particular as do campo social e de CT&I. Além disso, outra questão fundamental está relacionada com a parcela de recursos do orçamento federal que é subtraída para pagamento dos juros da dívida pública, a qual tem crescido nominal e percentualmente. Para além da questão de serem as áreas de educação, pesquisa e inovação, e mesmo a área da saúde, entendidas como áreas de gastos e não de investimentos sociais, há que tomar consciência que, nesse ano, 2017, mais da metade do orçamento geral do governo, ou seja, mais de um trilhão de reais, será consumido no pagamento de juros da dívida pública federal. Por outro lado, os gastos com o SUS deverão somar pouco mais que 100 bilhões. A perspectiva para 2018 é que aquele percentual aumente e, como consequência, encolha proporcionalmente ainda mais a fatia dos chamados gastos sociais.

Uma instituição de Estado, como a Fiocruz, necessita de autonomia, estabilidade e sustentabilidade. Autonomia não significa soberania e, portanto, não exclui formas de controle por parte do poder público e da sociedade que a sustenta. Instituições existem e são reconhecidas socialmente por preencherem funções sociais específicas e são estas que as legitimam, bem como a forma com que são geridas, com probidade e transparência.

A autonomia em questão aqui é restrita ao exercício de suas atribuições e não tem como referência o próprio benefício da instituição ou de seus trabalhadores, mas uma finalidade outra, que diz respeito à sociedade. Desta forma, a autonomia da instituição deve ser definida como o reconhecimento de sua capacidade de reger-se por suas próprias normas no cumprimento das finalidades sociais às quais se destina. A relação com o Estado deve se dar via compromissos programáticos, relacionados à missão e garantidos via prestação de contas pelos resultados e controle social. Da mesma forma, para uma instituição com as características da Fiocruz, é necessária estabilidade tanto política quanto orçamentário-financeira e de alocação de pessoal via concurso público. É necessário assegurar uma dotação orçamentária e investimentos compatíveis com a sua dimensão e importância para a saúde da população brasileira, como também para o progresso da ciência. A saída de servidores por aposentadoria nos últimos anos, sem reposição imediata, acarreta severas dificuldades à instituição e desestabiliza sua atuação, principalmente porque nos encontramos diante de uma demanda crescente por parte do Estado e da Sociedade.

A capacitação do seu pessoal também é essencial para o exercício eficiente da autonomia. Além dos esforços já empreendidos neste tema, deve ser adicionada uma expressiva atuação para no fomento e no desenvolvimento de estratégias de qualificação dos servidores da Fiocruz.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. A Fiocruz deve projetar para o longo prazo buscar uma condição jurídico-institucional diferenciada, na forma da lei e discutida em Congresso Interno, para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal, tendo como componente orientador a ideia de instituição de Estado e que garanta maior estabilidade, autonomia administrativa e sustentabilidade.
2. A Fiocruz em associação com outras instituições públicas e entidades da sociedade civil deve retomar a discussão da estrutura e funcionamento da administração pública federal visando maior agilidade, bom uso do recurso público, transparência e controle, maior articulação, desfragmentação e autonomia. Um ponto de partida é o Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal e Entes de Colaboração elaborado pela Comissão de Juristas, instituída pelo MPOG por intermédio da Portaria MP nº 426 (2016).
3. Considerando os cenários para mudança jurídico-institucional de longo prazo que favoreçam o desempenho da Instituição para o SUS e a CT&I em saúde, é necessário, no curto prazo, implementar ações e ferramentas de gestão da mudança. Se a busca será por autonomia institucional, orçamentária e financeira, a instituição precisa ter domínio e planejamento do quadro de pessoal e da política de priorização democrática dos investimentos e para o setor produtivo de bens e serviços estratégicos para o SUS, garantindo sua natureza estatal, o financiamento público e a busca, complementar, por recursos extra-orçamentários.
4. Na atual conjuntura a estratégia deve ser de proteção institucional mediante um amplo arco de alianças com os diversos segmentos da sociedade que possuem interface com a Fiocruz e que defendem um projeto de Nação baseado no desenvolvimento com redução das desigualdades sociais, na soberania nacional, na democratização da gestão e dos espaços públicos e na construção de um Estado de Bem-Estar Social. Tal arco envolve, além de segmentos do Executivo e do Parlamento, instituições públicas e privadas, sociedade civil organizada, movimentos populares, universidades, associações com fins específicos como SBPC, Abrasco, Academia Brasileira de Ciências, Academia Nacional de Medicina, instituições internacionais e organismos multilaterais, entre tantos outros.
5. A inserção e o caráter nacional da Fiocruz nas atividades de CT&I e saúde será enfatizado, superando-se falsas dicotomias entre as atividades nacionais e regionais. Uma das grandes riquezas históricas da Fiocruz foi saber lidar, em suas atividades de CT&I e saúde, com a diversidade do País como frente de oportunidades associadas a novos espaços que devem ser integrados à estratégia nacional de desenvolvimento com redução das desigualdades regionais. Para tanto é importante fortalecer o papel e a missão da Fiocruz nos diversos contextos locorregionais onde a Fiocruz está presente, dentro de

um plano de integração e de articulação permanentes, que gerem sinergias e potencializem a atuação nacional.

6. É fundamental que a instituição busque estabilidade e sustentabilidade orçamentária. Isto implica, entre outras coisas, a garantia de orçamentação via Lei Orçamentária Anual e a integralidade dos recursos necessários às ações regulares da instituição que constam no Plano Plurianual e no Plano Quadrienal. Por isso, deve-se intensificar as negociações quanto à contratualização junto ao Ministério da Saúde. Deve-se também buscar o estabelecimento de ato normativo específico que garanta o orçamento global mediante compromissos de resultados, contemplando o princípio da plurianualidade, visando coadunar a execução orçamentária com o planejamento plurianual previsto na norma vigente.
7. Importante buscar contratualização com outros ministérios tais como a MCTIC, Ambiente, Indústria e Comércio, entre outros.
8. Considerando o cenário econômico atual, expresso principalmente na ameaça de restrições de repasses orçamentários à Fiocruz, para o bom cumprimento da missão institucional, é de fundamental importância que a Fundação, adicionalmente ao processo de contratualização / orçamentação, persiga modelos de captação alternativos, sem prejuízo aos atuais, aumentando o grau de autonomia institucional em relação às fontes de investimento/custeio tradicionalmente existentes.
9. Além dos movimentos voltados para o alcance de maior autonomia e sustentabilidade, a Fiocruz deve participar da luta pela reorientação da atual política econômica que é perversa e geradora de iniquidades. Neste sentido, a Fiocruz deve:
 - a. colaborar na elaboração de políticas e programas de Saúde para um futuro governo democrático, que tenham como pressuposto uma política econômica e fiscal progressiva e inclusiva, orientada para a diminuição das desigualdades sociais. Essa elaboração também deverá tornar claro, para a população, o que lhe está sendo subtraído pela elite brasileira e internacional.
 - b. divulgar e apoiar fortemente, com os vários instrumentos de que dispõe, a proposta de efetivação de Auditoria independente, cidadã, da Dívida Pública, prevista pela Constituição de 1988, através de decreto do presidente da República.
10. A Fiocruz deve seguir perseguindo um estatuto diferenciado para captação e gestão de pessoal, à luz do que ocorre nas universidades, onde, a partir de um quadro definido de pessoal que deve prever a força de trabalho necessária às demandas, seja dada autonomia à instituição para realizar concursos públicos de reposição de cargos vagos em decorrência de vacâncias e em substituição a contratos e outros vínculos precários de pessoas envolvidas nas atividades finalísticas.
11. Atuar fortemente na implantação de uma Política de Gestão de Pessoas que contemple dimensões transversais e integrativas do desenvolvimento humano e de carreira, saúde do trabalhador e administração de pessoas, objetivando o fortalecimento e a coesão interna de modo a assegurar o atendimento pleno à missão institucional.
12. A necessidade da definição de eixos e prioridades institucionais estruturantes é permanente e imprescindível para propiciar à Fiocruz coerência em seu caráter estratégico, público e em sua condição de propriedade exclusivamente estatal. Na atual conjuntura, nacional e internacional, essa



definição torna-se ainda mais relevante e urgente. Sendo assim, entende-se como sendo prioridades institucionais os seguintes eixos estratégicos: i - ampliação da presença nacional da Fiocruz; ii - intensificação da atuação institucional no campo de relações e parcerias internacionais; iii - expansão da produção e desenvolvimento tecnológico na área de insumos para a saúde.

- a. A ampliação da presença nacional da Fiocruz deverá ocorrer por meio da análise e proposição por parte do CD da Fiocruz e do Congresso Interno, quando necessário, das ações (pesquisa, ensino, produção, desenvolvimento tecnológico, informação, comunicação e atenção, promoção e vigilância em saúde) que possam contribuir na implantação e consolidação de parcerias e articulações nacionais e regionais; da consolidação e da implantação de unidades/órgãos da Fiocruz nas Unidades da Federação do país, em estreita articulação e parceria com as instituições públicas federais, estaduais e municipais, organizações e movimentos populares e entidades da sociedade civil sediadas nos respectivos estados; da elaboração de propostas de projetos legislativos e de políticas nacionais e regionais, especialmente sobre os temas que se encontram sob ataque constante promovido por forças e agendas regressivas e conservadoras, e sobre as pautas que retomem o curso das diretrizes e princípios que caracterizaram o movimento pela reforma sanitária; e da atuação crescentemente ampliada e incisiva na área de comunicação, buscando contrapor as narrativas, análises e conceitos contrários tanto aos avanços de políticas públicas e sociais que visam à redução das desigualdades, como também aqueles contrários à atuação de instituições públicas que concentram seus esforços em ações e formulação de proposições que visam à superação das desigualdades.
- b. A intensificação da atuação institucional no campo de relações e parcerias internacionais deverá ocorrer por meio da análise e proposição, por parte de todas as Unidades, de ações que possam contribuir na implantação e consolidação de parcerias e articulações internacionais; da concentração de esforços em parcerias e articulação com as instituições públicas de países periféricos, especialmente os da América Latina e da África, usualmente denominada cooperação Sul-Sul; e da reafirmação constante da agenda e dos pressupostos que fundamentam os princípios da reforma sanitária, particularmente quando as representações institucionais, parcerias e articulações ocorrerem com países centrais e organismos multilaterais.
- c. A expansão da produção e desenvolvimento tecnológico na área de insumos para a saúde deverá ocorrer por meio da análise e proposição, por parte de todas as Unidades, de ações que possam contribuir na consolidação das Unidades especialmente dedicadas à produção e desenvolvimento tecnológico de imunobiológicos, biofármacos, fármacos, medicamentos e insumos afins dessas áreas; de ações políticas e de comunicação que visem sustentar, junto à sociedade, a relevância e a necessidade de atuação pública e estatal nessa área, imprescindível para garantir a vida, a sua qualidade, a segurança dos povos e as soberanias nacionais; da conquista de garantias jurídicas especiais que propiciem o entendimento de que esta área deva ser necessariamente subsidiada pelo orçamento público, independentemente



de análises econômico-financeiras comparativas no mercado internacional, tendo em vista suas características determinantes para a manutenção e qualidade da vida da população e da soberania do povo e da nação; e do estímulo à investigação e elaboração de análises e proposições sobre os setores relacionados com a produção de equipamentos e materiais médico-hospitalares e insumos afins, dada sua importância estratégica nos sistemas de saúde.

13. É fundamental fortalecer o diálogo com a sociedade, através de múltiplas estratégias de comunicação que incluam, mas não se limitem à relação com a grande mídia, em prol da promoção da qualidade de vida, da saúde, dos direitos humanos, civis e sociais, do SUS, da democracia e da defesa da Fiocruz como instituição de Estado. Vivemos em uma sociedade na qual as mídias sociais têm assumido um papel decisivo para consolidação de opiniões públicas, as quais os governantes têm utilizado como sensores em relação ao impacto das suas decisões. Nesse sentido é importante que instituições de saúde, em especial a Fiocruz, façam uso dessas ferramentas para divulgação das suas posições políticas em relação à saúde pública, aos seus valores, buscando sempre que possível o apoio de personalidades ligadas às artes, música, esportes, dentre outras, considerando o potencial multiplicador de informação por parte desses atores.
14. Promover e aprofundar a participação social no planejamento, execução e avaliação das ações da Fiocruz será fundamental para a sustentação política da instituição, e a legitimação ampla de seu papel enquanto Instituição Pública de Estado.
15. Considerando a amplitude e diversidade do campo de educação da Fiocruz, e do seu potencial para o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca do direito universal à saúde, deve-se formular uma política educacional para a instituição, de modo a ampliar o papel da Fiocruz na oferta educacional e a potencializar e criar sinergia entre o acúmulo dos projetos educacionais existentes, inclusive na formação permanente de seu próprio quadro de trabalhadores e do SUS, fortalecendo a reflexão crítica e política para a transformação da cultura organizacional e da realidade onde a instituição atua.

TESE 2

O Sistema Único de Saúde enfrenta o maior desmonte desde sua criação em 1988 e a Fiocruz, como instituição integrante do SUS, cumpre papel político central em sua defesa, necessitando, para tanto, fortalecer sua capacidade de ação para enfrentar as políticas regressivas promovidas a partir da crise econômica, política e institucional vivida pelo país.

QUESTÃO

Como atuar em defesa do direito universal à saúde em um ambiente desfavorável politicamente e com claro avanço de medidas regressivas no âmbito do Estado brasileiro?

FUNDAMENTAÇÃO

É evidente o comprometimento do direito universal à saúde, inscrito na Constituição de 1988, a partir do conjunto de movimentos observados com a crise econômica, política e institucional vivida pelo país. A promulgação da Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos representa um golpe mortal na possibilidade de democratização da saúde no Brasil. Está em xeque a ideia de saúde como direito social, o que coloca a solução para os problemas da vida das pessoas nas mãos do mercado, desresponsabiliza o Estado e direciona recursos para soluções privatizantes, o que penaliza os mais pobres.

A Fiocruz defende que a saúde é um direito inalienável de todos os cidadãos. Conforme previsto no artigo 196 da Constituição de 1988, cabe ao Estado garantir o direito à saúde por meio de políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, e do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação no âmbito do Sistema Único de Saúde. Além disso, a Fiocruz entende que a saúde deve ocupar papel central em uma nova concepção e estratégia para o desenvolvimento do país. O Sistema Único de Saúde cumpre um caráter anticíclico no atual quadro recessivo da economia brasileira: seja combatendo o desemprego, seja melhorando as condições de saúde da força de trabalho, ou ainda, sedimentando terreno para retomada de um ciclo de desenvolvimento inclusivo e sustentado. Há um importante papel indutor das políticas de saúde sobre o emprego, a produção, a renda e a inovação tecnológica. Sua natureza redistributiva é evidente, bem como suas implicações sobre a produtividade do trabalho, o bem-estar social, o crescimento econômico e a sustentabilidade.

O caráter público, universal e gratuito do SUS tem sido restringido, na prática, por iniciativas tais como: a terceirização das atividades finalísticas, gestão pública através das Organizações Sociais (OS) e assemelhados e os planos de saúde populares, que não resolvem os problemas da atenção integral a saúde, de acesso a diagnóstico e tratamento.

A Fiocruz, assim como em 1988, cumpre papel central para a defesa de uma proposta de sistema universal de saúde. No entanto, a conjuntura adversa para o plano progressista e a própria evolução da sociedade brasileira, que em anos recentes viu ampliarem-se e fortalecerem-se instituições que atuam na defesa dos direitos sociais, exigem um tipo de ação institucional fortemente pautado pela capacidade de articulação interinstitucional com os diversos segmentos da sociedade, incluindo diversos campos ideológicos, e pela ação em rede, conformando uma frente em defesa do SUS capaz de ganhar visibilidade e a adesão da sociedade.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Intensificar a realização de estudos e pesquisas que produzam evidências quanto aos efeitos das medidas de ajuste fiscal sobre a situação de saúde da população, bem como dos impactos positivos



gerados através de políticas que ampliem o acesso à saúde ou aos direitos sociais, fazendo destes resultados instrumentos em defesa destes direitos. Para isso, a Fiocruz deve se estruturar como um verdadeiro observatório de políticas públicas e comunicação com a sociedade, integrando projetos e participação de todas as unidades da Fiocruz voltados para a análise de políticas.

2. Desenvolver estudos que promovam uma avaliação qualificada e criteriosa do Sistema Único de Saúde, que inclua a percepção e experiência do usuário visando orientar o debate público sobre a qualidade dos seus serviços e as iniciativas de aprimoramento e ampliação do Sistema.
3. Promover estudos que apontem os riscos deste novo modelo, projetando modelos mais adequados ao financiamento para as ações de saúde.
4. Ampliar e aprimorar a interlocução coordenada com o Conselho Nacional de Saúde, Conselhos de Saúde em nível municipal e estadual nas Unidades da Federação em que a Fiocruz atua, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde e outras organizações de caráter público defensoras do SUS.
5. Intensificar o diálogo e as ações de cooperação com os movimentos sociais, em especial movimentos populares, estudantis e sindicais, com vistas a gerar aprendizado institucional e contribuir para a construção de uma consciência crítica na sociedade acerca da saúde enquanto direito humano inalienável e elemento constitutivo do desenvolvimento do país e para a construção de propostas de maior democratização e efetividade nas políticas de participação e controle social do SUS.
6. Construir estratégias de relacionamento constante com os diversos segmentos do Poder Legislativo Nacional, visando o fortalecimento de projetos que tenham como objetivo a consolidação do SUS, incluindo o seu financiamento, e a crítica aos projetos em tramitação contrários às políticas de proteção social, com dinâmica célere e transparente que permita a vivência integral deste processo ao conjunto das unidades da Fiocruz. Neste sentido, faz-se necessário o fortalecimento da assessoria parlamentar, com gestão política qualificada e a construção de estratégias com apoio técnico de cientistas políticos.
7. Estabelecer ações sistematizadas e coordenadas de atuação das Unidades da Fiocruz nos diversos estados da federação em busca de apoio legislativo das esferas estadual e municipal para a consecução de projetos preferencialmente estruturantes/estratégicos para o SUS
8. Garantir a atuação da Fiocruz na defesa do SUS e não contribuir para iniciativas que restringem o seu caráter público e universal, tais como contratos com as OS, OSCIP e assemelhados, além de promover uma ampla e profunda crítica aos planos populares de saúde.
9. Orientar a dinâmica de interação com a sociedade através de estratégias que conjuguem meios de comunicação e iniciativas próprias da Fiocruz e a sua relação com outros meios de comunicação. Esta orientação, em ambos os casos, deve priorizar ações identificadas com a comunicação pública, fomentando um amplo debate sobre a saúde, ciência e tecnologia, ambiente e sustentabilidade, respeitando a diversidade a pluralidade de visões, fortalecendo o entendimento da comunicação como um direito humano inalienável – em consonância com a Política de Comunicação da Fiocruz. Deve-se considerar também as estratégias de disputa de espaço na grande imprensa e mídias sociais em



articulação com outras instituições nacionais para o desenvolvimento de pautas positivas que tenham como objetivo principal divulgar as ações e fortalecer a imagem do SUS.

10. Fortalecer os canais de comunicação existentes no âmbito da Fiocruz com a sociedade de forma a ampliar o alcance de informações sobre a importância do SUS para a sociedade brasileira, com vistas a criar uma consciência crítica sobre a necessidade de um sistema público universal, integral e equânime. Nessa mesma perspectiva, deve-se reafirmar a identidade da Fiocruz como instituição do SUS, tendo em vista a reputação e o reconhecimento que a instituição tem perante a sociedade.
11. Promover estudos e debates que contribuam para a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à garantia da proteção de dados pessoais – como o PL 5.276/2016, em tramitação no Congresso Nacional –, considerando principalmente os impactos e os riscos que envolvem as atividades de coleta, guarda, compartilhamento e comercialização de informações pessoais na área da saúde.
12. Reforçar a construção da Fiocruz como Escola de Governo para o SUS, fortalecendo a atuação institucional na UNA-SUS, de modo a promover a produção de conhecimento reflexivo e servir como subsídio para intervenções qualificadas sobre atores e políticas do SUS, valorizando a integração da visão da educação como formação humana e para a cidadania ao contexto de trabalho. Neste esforço de ampliação nacional do alcance da educação da Fiocruz, é importante associar-se a outras instituições de formação em saúde e escolas de governo, construindo arranjos de cooperação em rede com criatividade e inclusão e qualificando os resultados para o SUS que se estenda a todo o país, inclusive às áreas remotas mais remotas. Tendo em vista o papel central para a operacionalização do SUS dos gestores locais (estaduais e municipais), é de particular importância a intensificação das estratégias para formação dos gestores municipais e conselhos de saúde.
13. Fortalecer o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações que gerem soluções inovadoras para resolução de problemas detectados nas áreas de políticas públicas, atenção à saúde e gestão de sistema e serviços de saúde para o SUS, comprometidos com o enfrentamento do quadro de saúde das populações mais vulneráveis e com o combate das condições perpetuadoras da desigualdade.
14. Fortalecer a capacidade de todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz atuarem em apoio às áreas técnicas do Ministério da Saúde na formulação de políticas públicas, planejamento, desenvolvimento, coordenação e avaliação de ações em suas áreas de especialidade. Tal apoio deve se dar também numa perspectiva crítica, no sentido de posicionamento claro e público frente a medidas que claramente sejam contrárias aos pilares do SUS. Devem-se fomentar, através de políticas institucionais, condutas investigativas que partam da realidade vivenciada pela população usuária do SUS e que possui nas unidades técnico-científicas da Fiocruz locus privilegiado de atuação. Esta necessária articulação da atenção em saúde com o ensino e a pesquisa, e sobretudo com a gestão, devem materializar nestes instrumentos a possibilidade de incidir na agenda das políticas públicas, notadamente àquelas voltadas para as populações mais vulneráveis.
15. Atuar em redes colaborativas incluindo sociedade civil na proposição de políticas públicas inclusivas e diferenciadas para cada segmento e cenário geográfico a partir das necessidades identificadas.



16. Fortalecer ações assistenciais nas unidades hospitalares, ambulatoriais e de atenção primária da Fiocruz visando ampliar a qualidade técnica, o ensino e pesquisa e a participação social nas mesmas. Espera-se ampliar o papel inovador desses serviços a fim de serem promotores de inovação a ser replicada em outras unidades assistenciais do SUS. Tais ações de cooperação devem-se traduzir, sempre que pertinente e oportuno, em ações de pesquisa, ensino, desenvolvimento/transferência de tecnologia e extensão, com disponibilização de abordagens, metodologias e demais produções delas decorrentes.
17. Fortalecer o Conselho Superior da Fiocruz, com a inclusão de novos atores políticos estratégicos, visando ampliar a articulação e integração das instituições de saúde, ciência e tecnologia e de ensino na defesa do SUS e na construção de políticas públicas assertivas e inclusivas.
18. Fortalecer a atuação intersetorial da Fiocruz na elaboração e execução de projetos em parceria com as distintas instancias (locais, regionais e nacionais) do SUS e intersetoriais com o objetivo de contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas.
19. Elaborar um Plano de ação de monitorização e fortalecimento das unidades de atenção. As atividades de prospecção para as unidades assistenciais envolvem investimentos para que possam cumprir seu papel frente ao SUS e nos compromissos assumidos pelo governo brasileiro para erradicação das hepatites, controle da tuberculose e doenças negligenciadas entre outras.

TESE 3

A geração de conhecimentos na instituição, em suas diversas áreas de atuação, deve ser orientada para fortalecer o cumprimento da sua missão e para o compartilhamento com a sociedade, se organizando de forma a produzir novas abordagens, alternativas e inovações que favoreçam a construção e consolidação do SUS por meio da ciência necessária para fortalecer o complexo processo de produção da saúde no Brasil.

QUESTÃO

Como atuar nos processos de geração e apropriação de conhecimentos desenvolvidos na Fiocruz em suas várias áreas de atuação, visando consolidar e ampliar o potencial institucional para compreender criticamente e resolver problemas nacionais em saúde e fortalecer a ciência no país?

FUNDAMENTAÇÃO

Como diversos estudos apontam, há no mundo uma dissociação importante entre os esforços de geração de conhecimento, tecnologias e educação na área da saúde e os problemas que afetam a maior parte da população. Segundo o *Global Forum for Health Research*, apenas 10% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico tem relação com os problemas que afetam 90% da população mundial. O esforço de produção de conhecimento em saúde encontra-se fortemente relacionado ao mercado voltado para o tratamento, e não às necessidades de saúde.

No Brasil, apesar dos avanços, a produção de conhecimento em saúde ainda exige muito investimento para alcançar relevância expressiva em termos mundiais, uma vez que há grande dependência de conhecimentos, produtos e insumos em saúde produzidos externamente. Representando 0,9% da produção mundial, tal produção científica tem capacidade instalada de pesquisa relevante mas aquém do necessário para enfrentar os problemas sanitários brasileiros.

Além disso, no Brasil, o modelo hegemônico de financiamento de instituições de CT&I por agências como CNPq e CAPES é pautado pelo mérito científico medido principalmente a partir de publicações e orientado por disciplinas, e não por desafios para a resolução das necessidades sociais, entre elas as de saúde. Tal modelo não tem levado à efetividade possível para a produção de conhecimentos e tecnologias importantes para a população.

A Fiocruz é uma das maiores instituições brasileiras produtora de conhecimento em saúde. Em função da diversidade das suas Unidades, que atuam em diferentes áreas, é possível contribuir com toda a cadeia de geração de conhecimento de forma transdisciplinar e multiprofissional, envolvendo o campo das ciências biomédicas, sociais e humanas em uma grande diversidade de áreas e subáreas de conhecimento. Tal conhecimento advém não apenas das atividades associadas à pesquisa, mas de todas as áreas nas quais a Fiocruz atua.

Os desafios da saúde no Brasil são múltiplos e complexos e para fortalecer a geração de conhecimento que sejam eficientes na resolução dos problemas impostos, a Fiocruz precisa atuar de maneira a estabelecer arranjos mais cooperativos e eficientes, que gerem ações mais efetivas em uma atuação coordenada. Atualmente, há uma fragmentação importante nas ações institucionais, que poderá ser superada com processos mais integradores, como a implantação de programas e plataformas integrativos e, especialmente, através de políticas e estratégias institucionais indutoras de articulação e cooperação entre grupos e institutos de pesquisa, assim como de unidades, centros e programas de formação de recursos humanos. Nesta perspectiva, os editais internos de financiamento de pesquisas e de cursos são instrumentos potenciais que podem estabelecer impacto positivo nessas diferenças. É também importante que tenhamos um sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação atrelado a formação de profissionais e especialistas que atendam às necessidades de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do país.

Além disso, a presença nacional da Fiocruz possibilita a sua atuação em diferentes territórios, favorecendo diversas parcerias, respeitando as suas características, especificidades e necessidades. Existe na Instituição, um número elevado de especialistas em diferentes áreas do conhecimento, além da atuação em 26 programas de pós-graduação e da atuação expressiva na formação de trabalhadores para o SUS.

A soberania nacional está sob ataque, manifesto nas medidas de desmonte e cortes de recursos direcionados às instituições públicas, sobretudo aquelas de CT&I e de Saúde. Desta forma, cabe à Fiocruz ser resiliente e ao mesmo tempo acumular forças para agir com protagonismo na defesa dos interesses e necessidades da sociedade. Para tal, é preciso identificar áreas chave de investimento em inovação nas lacunas de oportunidades nesse ambiente desfavorável, com proatividade e em sinergia com a sociedade civil organizada.

O desafio de consolidar e ampliar o escopo da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento está em consonância com a ideia de comunicação pública da ciência e com o modelo de prática científica proposto pelo movimento global Ciência Aberta - prática científica que, em consonância com o desenvolvimento da cultura digital, visa a disponibilização das informações em rede de forma oposta à pesquisa tradicionalmente desenvolvida somente nos laboratórios. Este desafio tem desdobramentos amplos na área de informação da Fiocruz.

Enfim, é necessário ampliar o conhecimento sobre os problemas nacionais de saúde, suas causas e seus determinantes. Atualmente, há questões centrais que precisam ser melhor compreendidas e incorporadas na Agenda Fiocruz para que se desenvolvam alternativas e soluções para questões relacionadas as graves transformações ambientais, a limitação de acesso aos recursos naturais básicos, como a água e alimento, a poluição ambiental, o uso indiscriminado de metais pesados e agrotóxicos, as vulnerabilidades relacionadas as mudanças climáticas, a questão da mobilidade e distribuição de território urbanos, as questões de saúde inerentes as populações tradicionais, o envelhecimento, as doenças negligenciadas, as mudanças no perfil epidemiológico, com a convivência de doenças infecciosas e enfermidades de origem não infecciosa, a violência, as desigualdades as dependências químicas, entre outros.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. A Fiocruz deve ter como marco de referência de todas as suas atividades o paradigma de saúde que incorpora a funcionalidade e bem-estar durante o ciclo de vida. A incorporação de tal paradigma nas atividades de apoio à elaboração e avaliação de políticas públicas, bem como nas suas estratégias nos campos da ciência, tecnologia, inovação, produção, de educação e prestação de serviços, permitirá que a Fiocruz seja protagonista no enfrentamento dos desafios impostos à saúde pública pelos processos de transição epidemiológica e demográfica que o Brasil enfrenta.
2. Estabelecer uma agenda de prioridades para geração de conhecimentos e tecnologias na Fiocruz que seja orientada por problemas nacionais de saúde e “nichos” aonde a Fiocruz, por razões especiais, possa vir a ter liderança no cenário internacional, de modo a orientar as estratégias de captação e formação de RH e de modernização e ampliação da infraestrutura de produção de conhecimento. O objetivo da agenda deve ser ampliar a efetividade na produção de conhecimento e inovações, com ganhos expressivos para a saúde da população
3. Definir uma política interna de financiamento/indução que priorize os problemas mais relevantes de saúde da população, os desafios de fortalecimento do SUS e de desenvolvimento sustentável do país,



assim como as questões ou temas/problemas que, embora estratégicos para o SUS e o sistema de C&T em Saúde, têm sido negligenciados ou pouco valorizados nas agendas governamentais de fomento à pesquisa e à formação. Tal política institucional de financiamento deverá valorizar as parcerias internas e formação de redes de cooperação, tanto na pesquisa quanto no ensino, sendo sustentada por recursos da Lei Orçamentária Anual e outros direcionados para tal fim.

4. Intensificar a realização de estudos e pesquisas que produzam evidências quanto as condições da saúde e capacidade funcional da população brasileira.
5. A relevância da meritocracia baseada em *papers* para o processo de financiamento de cursos de Pós-graduação por parte da CAPES deve ser questionada pela Fiocruz por reproduzir e legitimar na área de formação, para as próximas gerações de pesquisadores, através do desenho dos cursos e dos projetos de pesquisa correspondentes, o descompasso entre o interesse social mais definido, urgente, e o interesse individual, mais acadêmico. Questionamento análogo deve ser feito pela Fiocruz quanto ao processo de financiamento do CNPq.
6. Reorientar a perspectiva de avaliação interna da efetividade dos processos de produção de conhecimentos e tecnologias na Fiocruz, baseando-a primordialmente na capacidade de resolver (prevenir, tratar, remediar) problemas de saúde da população, critérios de muito maior validade social que os indicadores quanti e qualitativos de avaliação de publicações em si.
7. A Fiocruz deve prestar contas à população, em seus vários segmentos e subgrupos de pressão política, inclusive através das mídias alternativas, de seus projetos de pesquisa e de inovação com compromisso na resolução de problemas de saúde.
8. Ampliar o *locus* de produção do conhecimento para além dos laboratórios e departamentos, constituindo redes de colaboração, tanto interna quanto externamente, que possibilitem de maneira coordenada, envolver diversas áreas da Fiocruz, universidades, instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), movimentos sociais e outras instituições”
9. Aprimorar mecanismos e espaços de comunicação que contribuam para a difusão e captação ágil de informações relativas às atividades desenvolvidas e aos resultados alcançados em CT&I na Instituição e que favoreçam uma maior interação na Instituição, com a sociedade, governos e outras instituições de CT&I.
10. Atuar para a formação de discentes/trabalhadores do SUS possibilitando habilidades que permitam a proposição, análise crítica e implementação de propostas/projetos/ações que impactem nas estruturas e finalidades do SUS, desde os cursos de educação continuada em Lato Sensu as dissertações de teses resultantes dos projetos e programas de formação em saúde, em consonância com o projeto político-pedagógico, bem como promover a integração dos diversos programas mediante o estabelecimento de eixos comuns a serem incorporados aos Programas de Pós de Graduação Stricto Sensu da Fiocruz, assim como seus conteúdos básicos, considerando as especificidades de cada PPG.
11. Fortalecer e ampliar as experiências e práticas de EAD na Fiocruz, modernizando e compartilhando conteúdos, obedecendo a política de acesso aberto.



12. Fortalecer a política de internacionalização do ensino de pós-graduação da Fiocruz, que garanta sua avaliação de excelência em diversos programas notas 6 e 7, superando limitações atuais tais como: recebimento, acolhimento e alojamento de alunos estrangeiros para a PG na Fiocruz; atividades acadêmicas em língua inglesa; financiamento para estágios sanduiche no exterior; convênios com instituições internacionais financiadoras de mobilidade discente e docente; aproveitamento de cursos a distância para intercâmbio internacional (EAD internacional).
13. Investir na pesquisa e desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais sensíveis à complexidade e incerteza que caracterizam os problemas sociais e de saúde, em particular, favorecendo a articulação interdisciplinar e a apreensão, compreensão e intervenção em problemas definidos, simultaneamente, por parâmetros técnico-científicos, ético-políticos, estéticos e subjetivos. É importante adotar estratégias inovadoras para a educação, a exemplo da adoção do processo de aprendizagem baseado em problemas, mas também se faz necessário atuar junto aos grandes atores da área de educação para que sejam revistas as métricas de avaliação do ensino pela CAPES.
14. Contribuir para a diminuição das desigualdades regionais em relação à formação de pessoal, através da ampliação de oferta de ações de formação nas regiões menos favorecidas, inclusive instituindo parcerias de ensino e pesquisa que fortaleçam a autonomia científica e tecnológica dessas regiões.
15. Formular uma política institucional de assistência estudantil, que garanta a continuidade do amparo e da permanência do pós-graduando, independente da conjuntura político-social e das flutuações de interesses de governos e gestões.
16. As ações de divulgação e popularização da ciência da instituição devem prezar pelo desenvolvimento de uma cultura científica e democrática na sociedade. Para além das ações de atração de jovens para a carreira científica, também necessárias, essas ações devem buscar um engajamento da população nas questões ligadas a CT&I, de forma a construir um diálogo permanente com os diferentes públicos, em particular com aqueles historicamente excluídos como as populações socialmente vulnerabilizadas, as populações fora dos grandes centros urbanos, portadores de deficiência entre outros. A Fiocruz deve, portanto, fortalecer as políticas institucionais que articulem as atividades desse campo e criar arranjos institucionais que ampliem cada vez mais o impacto dessas ações na sociedade.
17. Consolidar e ampliar o acesso público ao conhecimento, aos acervos e à informação científica, em consonância com as políticas públicas e o movimento global pela ciência aberta. Este desafio se desdobra em iniciativas conjugadas, tais como: o fortalecimento e ampliação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento e a consolidação do repositório institucional; a integração e fortalecimento de suas revistas científicas; o fortalecimento de ações integradas de preservação e difusão dos acervos científicos e culturais; a ampliação de plataforma voltada aos Recursos Educacionais Abertos; e a formulação de uma política institucional de dados abertos, que assegure o compartilhamento dos dados primários das pesquisas, respeitando-se todas as restrições legais, os imperativos éticos e os interesses institucional e social para o país.

18. Aprimorar a gestão da informação científica e tecnológica na instituição, por meio de ações que promovam o tratamento, a preservação, a disseminação e o acesso ao conhecimento em saúde, visando fortalecer o desenvolvimento da pesquisa e do ensino para o SUS.
 19. Desenvolver uma Política de Tecnologia de Informação e Comunicação em articulação com as políticas institucionais de informação, comunicação e preservação, que potencialize as atividades finalísticas da Fiocruz. Essa política deve priorizar a interoperabilidade, a utilização de software livre, e sua governança será realizada com participação da comunidade Fiocruz, respeitando as diretrizes do Governo Federal.
 20. Traçar estratégias de enfrentamento à crise de reprodutibilidade, que incluam uma política institucional de uso de biomodelos que assegure o bem-estar animal, a preservação da vida e a aplicação de boas práticas, além do desenvolvimento e emprego de métodos alternativos ao uso de animais, sempre que possível.
 21. Consolidar a presença nacional da Fiocruz como instituição de CT&I em Saúde, reafirmando seu papel inovador na área de serviços e da organização das ações de saúde de forma a transformar o conhecimento em benefícios para saúde da população, integrando as unidades que atuam em Atenção à Saúde com as que desenvolvem atividades produtivas, como parte da estratégia institucional de inovação e geração de conhecimento.
-

TESE 4

A Fiocruz deve se consolidar como uma Instituição nacional com capacidade de articular prospecção estratégica e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e de estratégias e ações no campo da saúde dirigidas para o enfrentamento científico, tecnológico e político dos desafios sanitários do presente e do futuro.

QUESTÃO

Como fortalecer e articular a capacidade de formulação estratégica da Fiocruz para nortear as estratégias e ações institucionais e subsidiar as políticas públicas, frente ao contexto de profundas mudanças nas condições de saúde e da 4ª Revolução Industrial que representam desafios estruturais para viabilizar os princípios do SUS?

FUNDAMENTAÇÃO

As Instituições que possuem capacidade diversificada de formulação estratégica como a Fiocruz são organizações capazes de produzir análises integradas e sistêmicas de políticas públicas, permitindo tanto atualizar suas diretrizes e ações para os desafios do futuro quanto e propor e defender causas ou políticas de relevância coletiva, com destaque para a construção de sistemas universais de saúde em contextos de fortes mudanças climáticas, ambientais, demográficas, epidemiológicas, científicas e tecnológicas.

A organização das atividades de prospecção e de formulação estratégica requerem uma lógica de organização por problemas, permitindo articular diversos conhecimentos e saberes necessários a mudança social. Este potencial das Instituições caracteriza-se por produzir recomendações de políticas públicas e para a sociedade em geral, dando instrumentalização teórica, técnica e política para decisões institucionais e em diversas áreas das políticas públicas que interferem diretamente na saúde e em seus determinantes econômicos e sociais.

A Fiocruz possui um papel de destaque, tendo o potencial de articulação entre os campos das ciências humanas e sociais e ambientais em saúde e o campo biomédico, de vigilância e de produção e inovação em saúde. Sua participação na própria conceituação e construção do SUS e nas perspectivas analíticas e políticas na área de CT&I e do CEIS, são exemplos destacados de como a capacidade estratégica da instituição deve ser potencializada para o enfrentamento dos grandes desafios nacionais de um modo integrado e sistêmico, abarcando desde os desafios para a organização do SUS até os advindos da revolução científica e tecnológica em curso.

A Instituição possui, assim, competências de alta qualificação para a produção técnica e científica com capacidade para influenciar as diretrizes institucionais e as políticas públicas, porém há um déficit importante entre esta capacidade de produção técnica e científica e o seu real aproveitamento em termos de políticas públicas, observando-se grande dispersão e fragmentação de esforços.

Parte deste cenário se deve às dificuldades em articular a diversidade e pluralidade de campos disciplinares e informações produzidas. Apresenta-se como um grande desafio institucional a busca do aproveitamento de sinergias, de modo organizado e articulado, numa perspectiva essencialmente transversal do conhecimento, essencial para o enfrentamento de problemas complexos da sociedade brasileira.

Este processo ao mesmo tempo aberto e integrado constitui uma necessidade para subsidiar a tomada de decisões, seja no âmbito da instituição, da sociedade ou dos governos em seus vários níveis (federal, estaduais e municipais). Implementar esta perspectiva significa adotar estratégias organizacionais que facilitem estas interconexões e, assim, permitir avançar em um dos principais objetivos estratégicos institucionais, que é transformar os conhecimentos técnico-científicos produzidos na instituição em diretrizes e ações institucionais e em políticas públicas que contribuam para promover mudanças positivas nas condições de vida e saúde da população e em avanços integrados no SUS e no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Há um desafio institucional advindo especificamente da 4ª revolução industrial a ser enfrentado: a democratização da política de gestão da tecnologia da informação de maneira ética, transparente e integrada à missão da Fiocruz. Para abrigar novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital, será necessária uma mudança de cultura em que usuários, sejam pesquisadores ou técnicos, estejam

esclarecidos do correto acesso aos recursos tecnológicos, potencial de armazenamento de dados e requisitos de segurança da informação.

No âmbito dos desafios da revolução tecnológica em curso, pode-se destacar que, na área da saúde, a Fiocruz foi pioneira no Brasil no desenvolvimento de novas metodologias de integração e análise de grandes bases de dados com finalidade de pesquisa e avaliação de políticas públicas, provendo correlações e revelando padrões até então impossíveis de serem obtidos por metodologias tradicionais. Pesquisas desta natureza revelam o potencial e a necessidade da Fiocruz atuar nos novos regimes e paradigmas científicos tecnológicos para garantir seu vínculo com as necessidades da sociedade, articulando as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento em uma perspectiva transdisciplinar e multisetorial para busca de respostas e soluções para os grandes desafios nacionais.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Fortalecer a capacidade institucional e a integração das atividades prospectivas como fatores de promoção e articulação das diversas competências existentes no interior da Fiocruz com potencial de influenciar as diretrizes e ações institucionais e as políticas governamentais.
2. Aprimorar os mecanismos de identificação das grandes questões no debate nacional e internacional para a construção de uma agenda institucional, que contribua para as políticas públicas, articulando os desafios futuros do SUS com aqueles advindos da 4ª Revolução Industrial, marcada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.
3. Fortalecer a capacidade da Instituição constituir redes nacionais e internacionais de conhecimento que tenham compromisso com os sistemas universais de saúde e com uma atividade de CT&I vinculada ao Bem-Estar e ao desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que contribua para o fortalecimento da marca Fiocruz junto à sociedade.
4. Aprimorar a capacidade de ausculta e interação com a sociedade, adotando mecanismos de identificação e análises de demandas sociais e de opinião pública, de modo a discutir e incorporar novas agendas e demandas e ampliar o debate sobre saúde, CT&I e ambiente.
5. Implantar um novo ambiente para inovação em pesquisa e desenvolvimento científico que oriente as políticas institucionais alinhado às políticas de acesso aberto às publicações, à abertura dos dados científicos e a novas métricas de estudos qualitativos e quantitativos que revelem os produtos gerados pelas atividades da Instituição para além dos avanços acadêmicos, consolidando mecanismos e plataformas estruturantes para a gestão e a avaliação das atividades institucionais.
6. Ampliar a formação de pessoal capacitado para as atividades de prospecção nos seus diversos aspectos e inserção dos capacitados em setores de implementação, visando não somente o reforço da capacitação institucional, mas o fortalecimento como instituição formadora para o sistema de saúde.
7. Consolidar a instituição como liderança nacional no desenvolvimento de metodologias de integração e análise de grandes bases de dados em saúde e em sistemas computacionais complexos, desenvolvendo novas metodologias científicas e promovendo a capacitação profissional com a



finalidade de ampliar o campo de atuação das ciências da saúde e de apoiar tomadas de decisões em políticas públicas em benefício da sociedade.

8. Ampliar de forma estruturada a capacidade institucional de promover o pensamento estratégico e político, entendendo a prospecção como uma atividade de construção de um projeto institucional e nacional de futuro, envolvendo o aumento da capacidade de análise e processos formativos que permitam a incorporação de competências essenciais do Sistema Fiocruz .
9. Buscar o investimento estrutural necessário ao pleno exercício da capacidade de formulação institucional, que favoreça a integração necessária para o enfrentamento aos desafios sanitários, científicos e tecnológicos do futuro.
10. Desenvolver estudos e apontar alternativas aos obstáculos à promoção, prevenção e atenção à saúde e à autonomia científica e tecnológica presentes nos acordos que regulam as relações internacionais.
11. Para a formulação de políticas de futuro que façam face aos desafios sanitários, científicos e tecnológicos a Fiocruz deve adotar a perspectiva ecológica, além da social, como determinante de saúde, conferindo um caráter de sustentabilidade para essas políticas. Nesse sentido, a Instituição precisa liderar as iniciativas de inovação de produtos da biodiversidade brasileira, promovendo a integração da expertise institucional para realizar pesquisas em rede.
12. Fortalecer a geração, sistematização, análise e divulgação de dados e informações qualificadas para a formulação de políticas públicas, em monitoramento do sistema de saúde, da situação da saúde da população brasileira e seus determinantes socioambientais.
13. Promover integração entre centros agregadores de dados que realizam importante papel de repositório de dados e curadoria de bases de dados do SUS e de outros sistemas, localizadas no próprio Ministério da Saúde/DATASUS e outros e núcleos que realizam análise destes dados por meio de métodos quantitativos, com vistas a gerar resultados para influenciar políticas públicas.
14. Promover a articulação e inserção da Fiocruz nas redes e instâncias nacionais e internacionais de formulação estratégica que sejam comprometidos com o SUS e a soberania científica e tecnológica nacional, contemplando a interdisciplinaridade do conhecimento para a transformação social e institucional.
15. Incorporar e estimular o Sistema Fiocruz para o entendimento e a atuação prospectiva na cultura organizacional, em articulação com as áreas de gestão, planejamento e projetos.
16. A Ciência e Tecnologia tem um papel crucial para a reversão de crises, sendo a FIOCRUZ um ator de suma importância no contexto da C&T em saúde para evidenciar esse potencial. Assim, faz-se necessário gerar evidências que demonstrem o impacto quantificável de ações da FIOCRUZ para o desenvolvimento econômico e social do País.

TESE 5

Para se consolidar como instituição central para a sustentabilidade tecnológica e efetividade do SUS e para a consolidação do Complexo Econômico Industrial da Saúde, a Fiocruz deve reforçar sua capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação. Para tanto, é fundamental reorientar seu modelo de fomento e indução a partir do fortalecimento das conexões entre os diversos elos da sua cadeia interna inovação, promovendo a articulação das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção a partir de projetos institucionais referenciados nas necessidades do SUS, presentes e futuras. Além disso, é necessário aprimorar sua capacidade de articulação externa com os demais componentes do Sistema Único de Saúde, do Sistema Nacional de Inovação e do setor produtivo, garantindo a sustentabilidade política, social, tecnológica e econômica de suas atividades.

QUESTÃO

Como ampliar a capacidade da Fiocruz de transformar os conhecimentos e tecnologias gerados na instituição e na sua rede de colaboradores, incluindo o setor produtivo, em atividades produtivas e em novos produtos, bens e serviços que cheguem à população, consolidando-se como instituição inovadora referida nas necessidades do SUS, ampliando acesso, em especial diante de um cenário de mudanças nas políticas, que reduzem o papel dos produtores públicos no país?

FUNDAMENTAÇÃO

O Brasil, para se consolidar como nação, precisa produzir mais conhecimento, mais tecnologia, mais inovação e mais produtos de maior complexidade tecnológica, para dar conta das necessidades humanas do nosso país, abrangendo-se aí queda das desigualdades sociais e melhorias nas condições de saúde da população, ou seja, um novo modelo de sociedade. Sem essas condições, não é possível falar em desenvolvimento.

A produção da inovação não é só técnica, envolve interesses, é um processo também político. A globalização, para além do atual ajuste, amplia o hiato de inovação entre países centrais e periféricos, reforçando a geopolítica internacional: o esforço de inovação e a apropriação privada da riqueza que advém do conhecimento estão cada vez mais concentrados nos países centrais.

A ruptura observada no Brasil aponta como saída o ajuste recessivo ao invés de mudanças estruturais, sociais e econômicas, que incluam uma nova matriz produtiva e de inovação que permita menos desigualdade social interna e externamente.

Pelas suas características e trajetória, a Fiocruz se constitui num sistema singular de inovação, com potencial para traduzir conhecimentos gerados interna e externamente, na sua rede de cooperações, em inovações tecnológicas para o SUS. É uma das raras instituições a reunir os principais elementos da cadeia de inovação,

desde a bancada e das atividades de pesquisa biomédica e social, passando pela capacidade de realizar estudos clínicos e de propostas de organização do sistema de inovação e produção industrial no contexto do sistema de saúde até a geração de produtos e tecnologias estratégicas para o SUS, incluindo a fiscalização sanitária dos produtos. Ademais, o conhecimento produzido, base importante para inovação, tem permitido à instituição dar respostas rápidas e cientificamente embasadas, como, por exemplo, as inovações tecnológicas desenvolvidas para enfrentamento recentes das emergências sanitárias.

Nos últimos anos a Fiocruz tem feito um esforço e direcionado recursos para ampliar sua capacidade de inovação, principalmente a partir de programas de fomento e indução.

Estes programas se direcionaram principalmente a profissionais da organização com vistas ao desenvolvimento tecnológico e a inovação em qualquer ponto da cadeia. Embora projetados para a constituição de espaços formalmente instituídos para articulação institucional com parceiros clientes/usuários e fornecedores, há necessidade de aprimoramento destes mecanismos para intensificar a relação translação dos desenvolvimentos realizados na instituição para o setor produtivo.

Tais movimentos foram importantes e favoreceram o despertar de uma reflexão sobre a inovação. As áreas de biotecnologia, diagnóstico e farmacêutica apresentaram diferentes níveis de desenvolvimento, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade do SUS, importante frente de atuação da Fiocruz. No entanto, há que se avançar na superação do elo crítico da cadeia de inovação contemplando todas as áreas de atuação da Fiocruz.

Mediante incorporação de tecnologias como principal estratégia foi possível ampliar a capacidade industrial de Biomanguinhos e Farmanguinhos, consolidando a Fiocruz como maior ofertante de produtos para o SUS. Este fato se coloca como um dos principais desafios para a consolidação de um sistema de inovação Fiocruz, que seja capaz de produzir e absorver inovações sustentáveis e competitivas, com base principalmente na capacidade de articular os diferentes componentes da cadeia de inovação da própria instituição.

A conexão com instituições de C&T e com o setor produtivo, necessária, considerando que uma maior aproximação e compartilhamento de conhecimentos, tecnologias e inovações é favorável ao desenvolvimento e oferta de novos produtos e serviços inovadores, tendo em perspectiva ao acelerado desenvolvimento da Indústria 4.0.

O modelo de indução à inovação na Fiocruz ainda é fortemente assentado em editais pautados pela oferta, com muitos projetos sendo selecionados. O desafio permanece é ampliar a capacidade de definir focos e prioridades e concentrar recursos em projetos com real potencial de desenvolvimento de produtos e serviços capazes de serem colocados à disposição da sociedade.

Há a necessidade de avanços em estratégias inovadoras, com capacidade de promover a conexão com o setor produtivo e, assim, facilitar a transferência de tecnologias desenvolvidas pela Fiocruz para o Sistema Único de Saúde.

No contexto atual de questionamento do papel das Instituições Públicas na área de produção, a busca de modelos inovadores e comprometidos com o SUS apresenta-se como uma necessidade da sociedade brasileira. A sustentabilidade da produção na Fiocruz no campo farmacêutico e de produtos biológicos é

essencial e depende fortemente de uma ação voltada para a crescente legitimidade social, política e econômica da produção pública em saúde em bases eficientes e passível de permanente avaliação, considerando que a sustentabilidade da Fiocruz e de suas unidades é parte crítica e essencial da própria sustentabilidade do SUS em sua área de atuação.

Para que a Fiocruz exerça seu papel de contribuir para a sustentabilidade do SUS, como instrumento para a regulação de preço, além do fornecimento de insumos de qualidade assegurada, é necessário que a atividade industrial na Fiocruz também seja sustentável, tecnológica e economicamente.

Neste ponto, a sustentabilidade dessa atividade industrial se relaciona diretamente com a própria sustentabilidade da política das PDPs. Recentemente, essa política tem sido interpretada e conduzida de forma diferente nas recentes gestões do Ministério da Saúde, centrando importância na redução de gastos no curto prazo. Esta mudança coloca em risco a estratégia de incorporação tecnológica centrada nas PDPs, tornando crítica a formulação de política institucional de inovação que favoreça projetos de desenvolvimento oriundos da cadeia de inovação da Fiocruz, que articulem projetos e iniciativas pelo lado da oferta e da demanda por conhecimentos que levem a novas tecnologias e produtos de interesse do SUS. Esta, vale lembrar, é a própria gênese da Fiocruz. Nesse sentido, o esforço de fortalecimento da cadeia de inovação da Fiocruz deve considerar a cultura e a memória como elementos inovadores e estratégicos das ações da Fiocruz nos campos da saúde e ciência & tecnologia, reafirmando seu papel de instituição de Estado. Por fim, é importante considerar que, embora componente central, a inovação de bens e produtos na área de insumos para a saúde não é o único quando se considera uma concepção ampliada de inovação. Neste sentido, a área de CT&I inclui também tecnologias leves e tecnologias sociais territorializadas, que permitem desenvolver adequações e inovações sociotécnicas e gerar conhecimentos em parceria com a sociedade e os movimentos populares. A Inovação deve ser considerada também nos processos de trabalho e em novas metodologias empregadas, que irão impactar diretamente na prestação de serviços à sociedade.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Explorar as possibilidades do marco regulatório que se conectem com os princípios institucionais e, ao mesmo tempo, favoreçam a criação de ambiente institucional pró inovação.
2. Criar mecanismos de avaliação e acompanhamento que possibilitem monitoramento permanente dos projetos ao longo e ao final de sua execução de prestação de contas à sociedade dos resultados obtidos, fortalecendo ações de comunicação e apropriação social da ciência.
3. Deverá, a partir da perspectiva de Sistema Fiocruz de Inovação, incentivar as atividades de oferta e demanda de conhecimentos, pela via de programas articulados de fomento à pesquisa e indução ao desenvolvimento tecnológico. Como isso, favorecer a cooperação em rede entre as unidades da Fiocruz, sobretudo as pesquisas translacionais, e dessas, a partir das prioridades, com outras instituições de C&T e setor produtivo buscando reduzir dependência de tecnologias e produtos desenvolvidos alhures.



4. A agenda institucional de inovação deverá apontar para as tecnologias e produtos prioritários e deverá se basear em mecanismos de prospecção sanitária e tecnológica e no diálogo com o governo e setores da sociedade. Uma vez definida, essa agenda será amplamente divulgada, para que explicitem as prioridades institucionais no campo da inovação.
5. As atividades de inovação nas áreas de atuação da Fiocruz requerem mecanismos de financiamento apropriados à dinâmica do Complexo Econômico Industrial da Saúde, em especial para as tecnologias de fronteira como a biotecnologia. Orçamentos plurianuais e flexibilidade na aquisição de insumos e equipamentos e contratação de especialistas e serviços são, por exemplo, fatores críticos. Criar um Fundo Fiocruz de Fomento à Inovação, a partir de fontes primárias da Fiocruz e das captações externas deve ser uma das estratégias para lidar com esses requerimentos. Este fundo tem potência para catalisar a cadeia de inovação, articulando as redes internas e de colaboração, pavimentando o trajeto entre pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção.
6. Incorporar no sistema Fiocruz de CT&I as tecnologias leves e sociais desenvolvidas e os conhecimentos gerados como parte integrante e articulada do sistema Fiocruz de inovação.
7. Com o propósito de reforçar a prioridade das ações voltadas para inovação, a agenda de inovação deve interagir com projetos individuais de pesquisadores das unidades, bem como projetos a serem desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação da Fiocruz que, como critério de avaliação, devem incorporar indicadores que verifiquem a vinculação de seus objetivos a alguma(s) política(s) pública(s) específica(s), desde o seu cadastramento sinalizando as possíveis contribuições para a melhoria da(s) mesma(s) e se comprometendo a, quando da finalização da pesquisa, produzir material técnico a ser encaminhado como sugestão às instâncias formuladoras da(s) referida(s) política(s)
8. Avançar na estratégia de prestação de serviços tecnológicos especializados para atividades voltadas à PD&I, em áreas, temas, tecnologias e produtos que fortaleçam o SUS e CEIS e representem complementariedade às ações da Fiocruz, em parcerias formalizadas de sorte a preservar direitos da Fiocruz. A prestação de serviços tecnológicos deve ter como objetivo a geração de recursos tecnológicos, científicos e financeiros para o Estado e o para o SUS, em particular, bem como o maior acesso da comunidade técnico-científica brasileira a recursos, tecnologias, instituições acadêmicas e do setor produtivo e profissionais especializados no Brasil e no exterior.
9. Avançar em mecanismos de compartilhamento de uso de laboratórios, equipamentos, plataformas, recursos humanos, protocolos de pesquisa e capital intelectual. As cooperações internas, também expressas na forma de prestação de serviços internos deve ser cooperativa e solidária e, quando necessária, objeto de ajustes orçamentários. Para cooperações externas as parcerias devem ser pautadas pelo interesse público e prioridades institucionais, mediante ou sem contrapartida financeira.
10. Incorporar na agenda de inovação ferramentas de tecnologia da informação voltadas para a gestão dos programas e projetos de P&D, de prospecção e da propriedade intelectual. Investimentos em TIC para suporte à política, portanto, serão necessários.
11. Fortalecer a divulgação e popularização da ciência, de modo a aproximar a sociedade ao processo de geração de conhecimento, bem como de seus resultados, favorecendo a apropriação social da ciência.

12. Promover um ambiente institucional propício ao desenvolvimento de um sistema de CT&I que considere a dimensão cultural da ciência e a memória como componentes de sua concepção e dinâmicas política, econômica e social.
 13. Parte do resultado das atividades de produção e prestação de serviços tecnológicos deve ser considerado como uma fonte importante de sustentação econômica da agenda de institucional de inovação.
 14. Criar programas que incentivem o aproveitamento das capacidades ociosas das unidades da Fiocruz (laboratórios, parques fabris, centros de estudos...) através de novos negócios e parcerias que irão ampliar a sustentabilidade financeira das Unidades.
 15. Criar ambientes de inovação em saúde comprometidos com o SUS por meio de incubadoras de empresas startups de base tecnológica, com base no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.
 16. Dinamizar a rede Gestec-NIT com atuação sobre o atual portfólio de inovação alinhada ao compromisso social da Fiocruz e aos marcos regulatórios brasileiros e fortalecer os NITs, promovendo ações e políticas internas para fomentar a cultura da inovação.
 17. Envolver os profissionais da administração e da gerência da Fiocruz nos objetivos e cultura da inovação com compromisso social, procurando diminuir as diferenças de conhecimento sobre os projetos entre pesquisadores e profissionais daquelas áreas é um desafio institucional que não pode ser adiado.
-

TESE 6

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é a mais abrangente referência de âmbito universal do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário. Constitui-se, portanto, importante marco de referência para a Fiocruz construir sua nova agenda e perspectivas de médio e longo prazo.

QUESTÃO

Como articular estratégia de interação com a Agenda 2030 de forma a potencializar a contribuição da Fiocruz para sua realização e otimizar as oportunidades que oferece para a consolidação de seu papel como Instituição Estratégica de Estado, fortalecimento de redes cooperativas, suporte político e coesão e mobilização institucional.

FUNDAMENTAÇÃO

A Agenda 2030 integra as dimensões econômica, social e ambiental e sintetiza em seu lema central, “Ninguém Deixado para Trás”, a ideia-força da equidade na busca pelo alcance dos princípios diretores voltados para Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (5 Ps). Resulta do consenso de 193 países, que, de maneira voluntária, adotaram seu referencial e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como compromisso norteador no planejamento nacional e no âmbito da cooperação internacional.

A matriz histórica da Fiocruz assenta-se em uma forte correlação entre base científica e tecnológica e visões sobre saúde e desenvolvimento, construção nacional e papel do Estado e carrega, portanto, forte ressonância com o referencial da Agenda 2030. Por sua vez, as bases conceituais da Reforma Sanitária, referência central para a Fiocruz, estão relacionadas ao pensamento crítico sobre saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento e vêm produzindo momentos fortes de releituras e novos desenvolvimentos, com destaque para a abordagem “Determinantes Sociais da Saúde” e sobre o “Complexo Econômico e Industrial da Saúde”, em todos sentidos conectados ao sentido maior da Agenda 2030.

Essa trajetória já posiciona a Fiocruz com enormes vantagens comparativas para a disputa de sentidos e direcionalidade da Agenda 2030 e os ODS, ao mesmo tempo em que abre um amplo leque de possibilidades para otimizar as oportunidades criadas por esse referencial. Reforçando o pensamento crítico, o diálogo e inflexões em torno dos temas saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento e suas relações com o conjunto dos ODS, é um grande atrator para novos desafios e desdobramentos do ponto-de-vista conceitual, acadêmico, programático e político.

O Brasil e, em particular a Fiocruz, contribuíram fortemente para aprimorar a visão sobre o desenvolvimento sustentável e o desenho da Agenda 2030 e os ODS. O protagonismo do Brasil foi determinante para o alargamento dos temas sociais, a inclusão do tema saúde e o reconhecimento do papel central da Ciência, Tecnologia e Inovação na realização dos ODS. Esse protagonismo, no plano nacional e institucional foi de grande relevância para projetar o país e a Fiocruz no cenário internacional.

O ambiente internacional e nacional é adverso e, mesmo, regressivo, quando consideramos os objetivos da Agenda 2030. A crise econômica, o deslocamento do discurso de hiperglobalização para nacionalismos protecionistas, a exacerbação de fundamentalismos, intolerâncias e conflitos e, como grande determinante disso tudo, o reforço do neo-liberalismo e domínio do capital rentista e financeiro, são claramente contraditórios com os valores da Agenda 2030 e seus ODS.

Em contraponto a esse quadro, o documento “A erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade em um mundo em evolução” (Declaração de Ministros sobre Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2017) enfatiza, em seus pontos fortes, a necessidade de “empoderar as pessoas vulneráveis”, o cumprimento do acordo de Paris sobre o clima, rejeitado pelo Presidente dos EUA, a implementação de planos nacionais de desenvolvimento, a ‘localização’ da Agenda e os ODS e a promoção de alianças inclusivas. Denuncia os elevados níveis de endividamento, o crescimento sem emprego e a limitada resiliência às repercussões das mudanças climáticas, desertificação, inundações, seca e degradação da terra dos países em desenvolvimento.

Chama a atenção para uma contribuição holística da saúde, afirmando que “os investimentos em saúde contribuem na redução da desigualdade, no crescimento econômico sustentável e inclusivo, no desenvolvimento social, na proteção ao meio ambiente, assim como na erradicação da pobreza, da fome e da má nutrição” e destaca a importância de fortalecer sistemas de saúde inclusivos, de tratar os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, e de investir na pesquisa científica e inovação.

A saúde é reconhecida na Agenda 2030 por sua relevância como direito humano, pré-condição e como indicador do sucesso de suas metas. Entretanto, apesar da grande relevância, o conjunto de metas do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) representam apenas algumas das metas que serão necessárias para implementar, na plenitude, seu generoso enunciado: *Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades.*

A última Conferência de Alto Nível para a Agenda 2030 (2017) afirmou que a cobertura universal de saúde é a chave para a conquista do ODS 3. Essa formulação, descontextualizada, não contém as garantias de direito, equidade, integralidade e sentido público necessários ao cuidado à saúde. Sob a égide do conceito de “Cobertura Universal” se abrigam diversas concepções, desde o reconhecimento da saúde como um direito sem qualquer restrição ao acesso, como o proposto pelo Brasil e aprovado pelo Conselho Diretor da OPS, ainda que em contradição com a resolução aprovada pela Assembleia Mundial de Saúde da OMS, até iniciativas de mercantilização, focalizadas em cestas básicas para os mais pobres e seguros de saúde para o restante da população. Para o caso brasileiro, o Sistema Único de Saúde, que expressa exemplarmente a primeira alternativa, tem, portanto, centralidade para a implementação do ODS 3 e o Governo Brasileiro, que é signatário deste compromisso, não pode desvalorizar o SUS. Entretanto, as medidas constitucionais e infra-constitucionais que vêm sendo adotadas pelo Estado Brasileiro apontam numa direção oposta.

A Agenda 2030 terá um peso importante no debate sobre projeto de país e nação e sua inserção internacional. Deve ser evocada como compromisso nacional, como referência para se contrapor aos processos regressivos na área ambiental e social no país. Trabalhar com as contradições entre o discurso aceito - enquanto compromisso de Estado- e a prática corrente, é uma das possibilidades de intervenção técnica e política associada à Agenda 2030, atualizando e ampliando nosso pensamento crítico e as teses centrais sobre saúde, desenvolvimento e projeto nacional.

Tomar a Agenda 2030 enquanto referência internacional para o projeto de nação significa, portanto, entendê-la como objeto de disputa de sentidos e formas diferenciadas de sua tradução em práticas. Isso implica em constante diálogo crítico. Ao mesmo tempo em que a Agenda 2030 e os ODS são valorizados com a construção de conhecimento e definição de políticas e instrumentos para sua implementação e monitoramento, deve-se produzir um esforço conceitual e programático para o desenvolvimento de agendas fundadas em nossos referenciais teóricos, visão de sociedade e país e empenho na obtenção de cenário de futuro desejável coerente com essa visão.

No plano institucional, a referência da Agenda 2030 tem forte poder integrador e de coesão, por seu caráter transversal, aglutinador das dimensões econômica, social e ambiental, e mobilizador de valores centrais que

integram o ideário da Fiocruz. É objeto para análises prospectivas, instrumento para o enfrentamento político e ideológico e de grande permeabilidade para a ampliação apoio social.

A instituição da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” alinha-se aos considerandos acima, reforçados pela análise histórica, de conjuntura e prospecção de futuro da Fiocruz.

DIRETRIZES:

1. Desenvolver a “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” para contribuir na articulação das bases conceituais, diretrizes programáticas e estratégias de intervenção da Fiocruz, conferindo-lhes maior direcionalidade e eficácia na interação com a Agenda 2030.
2. Reforçar o pensamento crítico em torno dos temas saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento em suas relações com o conjunto dos ODS e consolidar corpo de doutrinas e abordagens a partir da determinação social da saúde e temas conexos, dos estudos sociais de ciências, da ecologia de saberes, da análise de sistemas e da teoria crítica sobre inovação e de modelos de desenvolvimento.
3. Reforçar o papel da Fiocruz na análise de políticas e ação social, em forte interação com os movimentos sociais, em torno dos temas saúde, ambiente e desenvolvimento.
4. Construir matriz para análise das linhas de pesquisa, ensino e projetos de intervenção da Fiocruz referenciados ao tema do desenvolvimento sustentável para apoiar o esforço de agregação, identificação de lacunas e priorização. Essa matriz deve incorporar critérios de contribuição para os ODS, recorte teórico-conceituais, dimensão estruturante, integração institucional, relações com *stakeholders* e movimentos sociais, entre outros critérios
5. Reforçar o protagonismo da Fiocruz na saúde global e cooperação internacional em geral na vertente da Agenda 2030, atualizando e ampliando a participação junto organismos multilaterais, países e instituições.
6. Propor a redesignação do Centro Colaborador da OPAS em Saúde e Ambiente, orientado pela contribuição da Fiocruz para a Agenda 2030 no âmbito das Américas e integração com o Centro Colaborador em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS.
7. Identificar os principais atores e interlocutores do Estado e da Sociedade Civil para os quais devem se dirigir os esforços da Fiocruz relativos à Agenda 2030, fortalecendo a constituição de redes cooperativas e alianças para ampliar o escopo da ação da Fiocruz e reforçar a sustentação social e política da instituição, otimizando as oportunidades que a Agenda 2030 e ODS possibilitam.
8. Integrar a Agenda 2030 na Política de Comunicação da Fiocruz, fazer estudos e promover a percepção pública e o protagonismo da população estendendo o conceito de “ciência cidadã” ao desenvolvimento da Agenda 2030.
9. Colaborar com a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e propor a constituição de uma Câmara Setorial de temas relacionados à saúde no âmbito da Agenda 2030 nacional.



10. Contribuir para os Mecanismos Facilitadores de Tecnologia (MFT), iniciativa da ONU voltada para direcionar a CT&I aos objetivos da Agenda 2030, com a produção de análises e propostas relativas a mecanismos de priorização de políticas e financiamento, governança integrada da saúde e CTI, construção de “road-maps” de CT&I integrados ao Plano Nacional para a Agenda 2030, fortalecimento de sistemas locais de inovação e desenvolvimento de plataformas para cooperação em CT&I, incluindo, em especial, as am e o pensamento tradicional, de forma que esta seja protagonista das ações que gerem melhorias na qualidade de vida. A realização anual pela ONU do Fórum de CT&I para os ODS (STI Forum) para subsidiar decisões do Fórum Político de Alto Nível, responsável pela condução da Agenda 2030 (High-Level Political Forum - HLPF) é uma instância privilegiada para esse esforço.
 11. Fortalecer as políticas inclusivas e antidiscriminatórias na instituição, em consonância com os objetivos da Agenda 2030, o modelo e governança institucional e as diretrizes presentes no Guia de Integridade Pública da Controladoria Geral da União, consolidando a Fiocruz como modelo de instituição ética, plural e democrática, dentre outras iniciativas, pela valorização e promoção da interface dos diversos espaços institucionais voltados para o desenvolvimento de ações para a redução das desigualdades, a inclusão e o respeito à diversidade, objetivos da Agenda 2030.
 12. Fortalecer as ações voltadas para a consolidação da cultura de sustentabilidade ambiental dentro da Fiocruz, integrando as diversas iniciativas aos objetivos da Agenda 2030.
-

TESE 7

A Fiocruz deve se consolidar como instituição estratégica no campo da vigilância em saúde, em seus diversos componentes (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) em consonância com os sistemas nacionais de vigilância em saúde e de vigilância sanitária, contribuindo para a articulação de suas ações. Para tanto deve fortalecer as ações integradas neste campo, articuladas com ações de outros campos da saúde pública, atendendo às demandas e necessidades do SUS.

QUESTÃO

Como potencializar a nossa capacidade de atuação no campo da vigilância em saúde, uma vez que a instituição conta com estrutura e competências singulares neste campo central de desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro?

FUNDAMENTAÇÃO

O complexo quadro demográfico, epidemiológico e de determinação da saúde, na atualidade, e suas tendências para as próximas décadas, trazem desafios para a atuação da Fiocruz nessa área a despeito de sua importante contribuição. Além do desenvolvimento de tecnologias voltadas à prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções infecciosas e transmissíveis de relevância sanitária, a Fiocruz ainda (1) agrega em suas diferentes unidades um conjunto de laboratórios de referência nacionais e regionais que compõem formalmente o SISLAB, além de centros colaboradores nacionais e internacionais (OMS/OPAS) e laboratórios que atuam como referência nos âmbitos municipal, estadual e federal, embora muitos ainda sem reconhecimento formal; (2) conta com diversos centros de estudo, observatórios e laboratórios voltados a um amplo espectro de problemas de saúde, riscos e vulnerabilidades; (3) exerce papel estratégico no controle de qualidade em saúde; (4) produz imunobiológicos para o Programa Nacional de Imunização e produtos para diagnóstico; (5) possui um conjunto relevante de programas de formação de profissionais para atuar no SUS na área das Vigilâncias; (6) realiza pesquisas de ponta sobre doenças negligenciadas e emergentes, além de análises de situação em saúde; (7) mantém colaborações científicas e operacionais com órgãos gestores do SUS; e (8) exerce atividades de assistência e promoção da saúde em variadas áreas.

Vários exemplos da importância da atuação da Fiocruz podem ser citados, dentre eles as recentes respostas dadas por ocasião da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) deflagrada pela epidemia do vírus Zika em 2015/2016 e do surto de Febre Amarela silvestre ocorrido em diversos estados brasileiros em 2017. Na estruturação da vigilância para o Zika vírus no país, a Fiocruz contribuiu para as respostas epidemiológicas (realização e divulgação dos resultados das principais pesquisas que mostraram a ligação entre a infecção e síndrome da Zika congênita), diagnóstica (desenvolvimento de métodos diagnósticos, produção e controle de qualidade nacional de kits laboratoriais, capacitação e transferência de tecnologia para os LACEN) e assistencial (realização de exames para diversos estados e atendimento às gestantes e crianças). Além disso contribuiu para a logística e distribuição de amostras biológicas no âmbito nacional para o atendimento das demandas referentes às emergências em saúde pública. Durante o surto de Febre Amarela a Fiocruz atuou no diagnóstico molecular e histológico de casos humanos e de primatas não humanos de diversos estados, realizou capacitação, investigação e vigilância de primatas não humanos, epizootias e de mosquitos vetores, contribuindo para as decisões relativas às políticas de imunização nas diferentes regiões, aumentou sua capacidade de produção de vacinas e de controle de qualidade nacional de vacinas, visando atender às demandas do PNI e realizou pesquisas sobre o tema.

Apesar de concentrar diversas atividades na área, a Fiocruz se afastou de seu papel protagonista de integrar o núcleo formulador das políticas e sistemas de vigilância em saúde, vindo a prevalecer uma abordagem fragmentada, dirigida a múltiplos problemas específicos, com limitados instrumentos e mecanismos de avaliação de suas ações.

Movimentos recentes como a proposta de construção de um Programa Institucional de Vigilância em Saúde na Fiocruz, submetida e aprovada pelo Conselho Deliberativo, e a criação em 2017 da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência (CVSLR) no âmbito da Presidência representam importantes avanços na perspectiva de reconduzir o tema a um tratamento integrado e sistêmico no interior da instituição.

É importante considerar a trajetória de acúmulo que a Fiocruz possui no processo de defesa da vigilância em saúde enquanto um modelo de atenção à saúde. Modelo este que aponta para uma reflexão sobre as próprias práticas de vigilância, como também no avanço do debate sobre promoção e prevenção da saúde em articulação com a atenção e o cuidado à saúde. No contexto de reformulações e de retrocessos da Atenção Básica no Brasil, é necessário reforçar a relação conjunta e integrada que deve existir entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Básica. Vale destacar que em 2017 a Fiocruz organizou a sua primeira Conferência Livre de Vigilância em Saúde da qual participaram membros de diferentes unidades técnico-científicas da instituição. Este processo indicou a relevância do fortalecimento deste campo dentro da instituição e sua interface constante e necessária com as demandas do SUS e com os problemas coletivos de saúde, tendo como horizonte o próprio fortalecimento do SUS e a melhoria das condições de vida da população.

Por fim, vale ressaltar que a análise de grandes bases de dados tem alto potencial no aprimoramento da vigilância em saúde por amplificar e correlacionar os sinais anômalos que permitam identificar novos padrões de ocorrência de eventos a exemplo de epidemias, emergências de saúde pública, eventos adversos de medicamentos, dentre outros. Adicionalmente, o uso de *Big data* no campo da saúde possibilita espaços de reflexão e de mudanças de diretrizes e de marcos regulatórios.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Consolidar o Programa Institucional de Vigilância em Saúde, promovendo o fortalecimento do campo a partir da integração de suas diferentes áreas de atuação (epidemiológica, sanitária, ambiental) e incluindo agravos transmissíveis e não transmissíveis.
2. Articular as atividades e ações de vigilância em saúde realizadas na Fiocruz com os órgãos gestores em níveis Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de ampliar a participação nos Sistemas de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária, e de contribuir e na formulação de políticas públicas a partir de programas institucionais, bem como de demandas e observações de ocorrências.
3. Estruturar a Fiocruz para apontar diretrizes estratégicas na organização de respostas a emergências em saúde pública e para responder a emergências sanitárias e ambientais, de tal forma que consolide sua capacidade de identificar, reunir e coordenar diferentes áreas e especialistas da Fiocruz e de instituições parceiras a fim de atender celeremente a necessidades específicas do SUS na ocorrência de situações sanitárias e ambientais de emergência, a fim de mitigar os impactos na saúde. Isto exige mapeamento dos processos essenciais de caráter estrutural e operacionais para responder de modo efetivo e rápido às contingências, fortalecendo as estruturas de gestão de pessoas, logística e financeira nos laboratórios da instituição e considerando o papel dos atores e suas responsabilidades na construção de respostas às ameaças impostas.
4. Mapeamento dos processos essenciais de caráter estrutural e operacionais para responder de modo efetivo e rápido às contingências, fortalecendo as estruturas de gestão de pessoas, logística e financeira nos laboratórios da instituição e considerando o papel dos atores e suas responsabilidades na construção de respostas às ameaças impostas



5. Contribuir decisivamente para a qualificação profissional no tema, identificando as necessidades atuais e potenciais da área e promovendo articulação institucional que se traduza em fortalecimento das iniciativas de formação de pessoal nos diversos aspectos complementares da vigilância. Deve, ainda, fomentar novas iniciativas em áreas não atendidas, como as doenças crônicas não transmissíveis, bem como expandir a atuação para regiões hoje pouco atendidas pela atividade da Fiocruz, segundo os princípios da precaução e de equidade, observando a otimização dos recursos e desde que não prejudique os programas já existentes. É importante, neste sentido, promover a utilização de modalidades de ensino e aprendizagem viabilizadoras da atuação da Fiocruz no nível nacional, bem como fomentar a confecção e distribuição de materiais educativos e de aplicativos digitais a fim de atender às regiões com pouca atuação da Fiocruz.
6. Definir papéis e atribuições no que diz respeito aos serviços laboratoriais de referência para diagnóstico, de modo a evitar sobreposição/duplicação de ações entre laboratórios ou unidades da Fiocruz. Nesse contexto, é imprescindível assegurar a manutenção de laboratórios com importância estratégica (biodefesa), bem como intensificar a articulação entre LR e laboratórios de fronteira (LACENs). A inserção/instituição de novos laboratórios ou serviços no âmbito dos agravos já referenciados pode ser estimulada, contanto que não comprometa a infraestrutura instalada e os recursos financeiros destinados aos laboratórios de referência legalmente estabelecidos ou programas já existentes.
7. Fortalecer a gestão analítico-laboratorial, logística, financeira e de pessoas nos laboratórios institucionais e nos trabalhos de campo, fomentando requisitos de qualidade e de inovação na gestão, bem como aprimorar a comunicação entre eles, de modo a agilizar e melhorar a resposta no que concerne às vigilâncias.
8. Garantir os requisitos da qualidade e da integridade para o desenvolvimento das diversas funções vinculadas à vigilância em saúde, considerando necessidades de adequações de infraestrutura, gestão da qualidade, gestão de projetos, boas práticas clínicas e de laboratório e os requisitos de biossegurança.
9. Integrar ações institucionais no campo da vigilância sanitária, analisando as implicações no âmbito nacional e internacional, tendo em vista as grandes questões geradas pela globalização, especialmente as relacionadas à agenda regulatória e com as barreiras comerciais, de modo a fortalecer áreas estratégicas na cadeia de desenvolvimento e inovação da Fiocruz como a metrologia química e biológica, articulando práticas produtivas, de ensino, de pesquisa e assistenciais de saúde.
10. Estruturar a Fiocruz, a partir da integração de ações das diversas unidades e com organizações parceiras, para atuar mais efetivamente no plano da vigilância de resistência microbacteriana em resposta ao plano da Organização Mundial da Saúde e ao plano brasileiro, ainda em fase inicial de implementação.
11. Incluir a vigilância de fronteiras como tema importante na política institucional de vigilância em saúde, fortalecendo as diversas ações e iniciativas neste campo.
12. Promover o desenvolvimento de plataformas colaborativas de ensino e pesquisa que congreguem as unidades e áreas que atuam no campo da vigilância em saúde, bem como o desenvolvimento de



plataformas que integrem dados de vigilância que gerem indicadores que podem ser utilizados como guia para ações de vigilância e ferramentas inclusivas e participativas para a vigilância em tempo real, em áreas remotas e vulneráveis, bem como estruturar e analisar bases de dados complexas para a geração de modelos de previsão de emergências sanitárias.

13. Desenvolver e aprimorar metodologias de análise da influência do ambiente sobre a condição de vida e saúde dos indivíduos e fortalecer novas temáticas relacionadas à área de saúde e ambiente, como as questões da água, da agroecologia e dos impactos sócio ambientais promovido pelos grandes empreendimentos, de forma a consolidar estes temas na política institucional.
 14. Fortalecer e desenvolver ações de Educação comunitária e vigilância popular em saúde.
-

TESE 8

A Fiocruz precisa aprimorar sua política de governança institucional, reforçando seu caráter sistêmico, caminhando no sentido da integração, com segurança e efetividade, com vistas a se fortalecer frente a possíveis ataques institucionais, além de qualificar suas respostas à sociedade. Isto implica, entre outros movimentos, reestruturar seu sistema de controle interno e de gestão de risco e instituir um modelo de gerenciamento a partir de plataformas colaborativas.

QUESTÃO

Como promover maior sinergia e efetividade nas ações institucionais, reduzindo-se a fragmentação e promovendo a integração das diversas áreas e ações da Fiocruz e, ao mesmo tempo, ampliar a segurança das ações institucionais, minimizando os riscos à integridade pública e imprimir maior eficiência e economicidade aos processos administrativos, gerando soluções focadas no crescimento e na produtividade da gestão com impactos positivos nos resultados finalísticos?

FUNDAMENTAÇÃO

A Fiocruz é uma instituição complexa, divisionalizada, diversa, tanto nas suas áreas de atuação quanto na composição de seu quadro de pessoal, assentada em um modelo de gestão participativa com eleições diretas e com ampla autonomia das unidades técnico-científicas. A descentralização ocorrida na década de 1990 e o estímulo, na década de 2000, para que todas as unidades incorporassem e ampliassem atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, informação e comunicação, entre outros, criou um ambiente altamente

dinâmico e criativo e impulsionou um grande número de iniciativas que resultaram no crescimento e na ampliação da capacidade de resposta institucional.

No entanto, tais movimentos também reforçaram uma situação presente desde a origem da Fiocruz contemporânea, que foi a fragmentação e a superposição de ações.

Um dos principais desafios institucionais está em reforçar a sinergia entre as diversas unidades e entre as áreas de atuação, o que remete a uma concepção de pensar a Fiocruz enquanto um sistema em rede. Esta perspectiva tem o potencial para gerar maior efetividade nas ações e para imprimir maior eficiência, uma vez que implica em aprimorar mecanismos de coordenação. Deve-se superar a falsa dicotomia centralização/descentralização. Os principais elementos para promover a sinergia são trabalho em rede e coordenação, entendida enquanto gerenciamento de interdependências. Cabe destacar que o conceito de rede perpassa os limites da própria instituição e traz outros atores (públicos, privados, sociedade civil) para o planejamento e desenvolvimento de ações institucionais.

Outro aspecto vital para o aprimoramento da governança é a valorização da gestão democrática e participativa, buscando o seu aprimoramento, em especial no que diz respeito à transparência e à responsabilização.

Por fim, é importante considerar que diante de um cenário desfavorável ao serviço público, com redução de investimentos ao mesmo tempo em que se aposta na depreciação da imagem, creditando-se ao Estado e aos serviços públicos a responsabilidade pelas mazelas em que se encontra o país, é fundamental que a Fiocruz repense seu modelo de governança interna, no sentido de se fortalecer seu sistema de controle e de gestão de riscos, bem como imprimir maior eficiência mediante a adoção de plataformas de gestão.

Atualmente, observa-se dois movimentos muito claros no que diz respeito ao discurso hegemônico sobre o serviço público, que tenta ganhar espaço na opinião pública e, assim, justificar iniciativas privatizantes: 1) a tentativa de comprovar que os serviços públicos são por natureza corruptos; 2) que os mesmos são ineficientes.

Neste sentido, questões relacionadas à integridade pública e aos sistemas de controle e de gestão de riscos relacionados, e à eficiência no serviço público precisam ser considerados como componentes estratégicos no atual contexto.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Ampliar e fortalecer estratégias de desenvolvimento de ações em rede, envolvendo múltiplas unidades em torno de ações conjuntas voltadas para a solução de problemas e superação de desafios nas diversas áreas de atuação da Fiocruz, com fortalecimento da capacidade coordenadora das estruturas centrais e redução de ações executivas diretas, e com maior responsabilização das unidades.
2. Alinhar e coordenar o funcionamento e as agendas do CD com as respectivas câmaras técnicas, fortalecendo as interações consultivas/pareceres (câmaras) e deliberativa (CD); fortalecer e dinamizar a atuação do Conselho Superior.

3. Inovar e aprofundar os mecanismos de gestão democrática e participativa, de modo a fortalecer um sistema de gestão criativa, que priorize formas de tomada de decisão e de controle coletivas, pactuadas, baseadas em intensa comunicação e no diálogo ampliado. Para tanto, é necessário aprimorar o funcionamento dos canais institucionalizados de deliberação (Congresso Interno, Conselhos Deliberativos); ampliar os canais de participação nas tomadas de decisão; ampliar a transparência institucional; e; qualificar a representação institucional e ampliar a participação e a pluralidade do controle social.
4. Qualificar as prestações de contas institucionais, com a instituição de prestação de contas anual em audiência pública em todas as unidades; instituir sistemática de prestação de contas por áreas finalísticas; aprimorar as práticas e mecanismos de monitoramento operacional e estratégico.
5. Debater os condicionantes e implantar a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da Fiocruz.
6. Aperfeiçoar o controle interno central com a criação dos setores de assessoria jurídica, controladoria e corregedoria, e integração com a Audin e Ouvidoria; fortalecendo a Auditoria e a Ouvidoria com ampliação de competências, infraestrutura e autonomia.
7. Integrar o modelo do controle interno central aprimorado ao novo modelo de gestão de integridade, riscos e controles internos.
8. Promover a transparência pública das informações institucionais, viabilizando a participação cidadã e o controle social. Neste contexto será estabelecida a Política e o Plano de Dados Abertos da Fiocruz, com ênfase às informações de gestão - RH, planejamento, administração, orçamento, entre outras, assim como a gestão de documento eletrônicos e a gestão da informação na Fiocruz.
9. Desenvolver e implantar Modelo de Governança/Gestão Administrativa Coletiva, integrando e coletivizando oferta e demanda e, criando um ambiente co-criativo gerador de soluções executivas, por plataforma, contendo governança colegiada e, propostas e infraestruturas coletivas.

TESE 9

A Amazônia é um dos pontos centrais no debate internacional e tem mobilizado a comunidade mundial a partir de diversas temáticas capazes de influenciar diretamente as decisões governamentais no país. A consciência de que a Amazônia é estratégica para a humanidade é um fato. A Fiocruz tem uma oportunidade ímpar de ser o agente catalisador nacional e internacional da geração de conhecimento e inovação em saúde reforçando o seu papel estratégico.

QUESTÃO

Como consolidar a Fiocruz como agente de Estado catalisador na geração de conhecimento e inovação em saúde a partir da Amazônia, contribuindo, simultaneamente, para resolução de problemas relevantes em saúde pública e para o desenvolvimento sustentável do país?

FUNDAMENTAÇÃO

A Amazônia congrega, em seu território, grandes metrópoles que contribuem significativamente para o PIB brasileiro, sendo a região com maior crescimento econômico nos últimos anos, e, ao mesmo tempo, abriga cidades com os piores IDHs do país. No cenário da saúde, isso se reflete em um alto perfil de doenças crônicas degenerativas, com o agravante de significativos índices de doenças infecciosas.

No cenário atual, as atividades econômicas na Amazônia são insustentáveis. Os modelos utilizados de extrativismo mineral, exploração madeireira e polo industrial encontram-se desafiados por sua insustentabilidade social e ambiental e, em parte, pela globalização da economia mundial. Entretanto, esse modelo, desde os anos 70, criou infraestrutura e competência para as atividades produtivas, logísticas e tecnológicas na região. Isto deve ser visto como uma oportunidade para, transformada, abrigar investimentos para uma nova matriz produtiva com ações estratégicas que objetivem o desenvolvimento tecnológico a partir de inovações centradas nos biorrecursos amazônicos e na associação entre saberes acadêmicos e tradicionais.

Essa perspectiva alavancaria uma série de processos de desenvolvimento virtuosos capazes de criar sinergia e potencializar processos econômicos, abarcando geração e intercâmbio de conhecimentos, atração e formação de recursos humanos, proporcionando condições de fixar a população local com oportunidades e melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que permitiria proteger e usar de forma sustentável os ecossistemas amazônicos.

Nesse momento, a Fiocruz se apresentaria como um importante indutor desse processo, utilizando a capacidade instalada nas suas diversas unidades para gerar inovação e transferência tecnológicas em saúde a partir de biorrecursos amazônicos com ações institucionais e, considerando seu conhecimento da realidade amazônica, convergir para a resolução de questões de saúde pública na Amazônia brasileira, na Panamazônia e globalmente. Assim, a Fiocruz assumirá, cada vez mais, seu papel estratégico de instituição de Estado, sendo um importante articulador de agentes diversos, locais, nacionais e internacionais, em ações estratégicas de desenvolvimento tecnológico e inovação em Saúde em uma das regiões mais importantes do planeta, promovendo equidade e bem-estar da população.

A sustentabilidade desse território está intrinsecamente associada à sua diversidade e à forma como esta potência será colocada a serviço da sociedade. Neste contexto, a Saúde é um dos caminhos que pode suportar um projeto de Estado voltado ao desenvolvimento sustentável do país gerando divisas, empregos e efetiva riqueza e bem-estar para os cidadãos brasileiros.

A Fiocruz apresenta-se hoje como a instituição brasileira capaz de protagonizar esse desafio nacional. Sua capacidade científico-tecnológica a posiciona como ator essencial para a resolução de problemas relevantes em saúde pública, diminuição das iniquidades em territórios socialmente vulneráveis, fortalecimento do SUS, colaborando para o salto tecnológico e produtivo de que o Estado brasileiro precisa para transformar, de forma sustentável, os biorrecursos amazônicos em entregas para a sociedade.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Fomentar a instalação na Amazônia, de indústria de transformação de insumos com base em biorrecursos amazônicos e de produtos com valor agregado a partir dos mesmos e dos conhecimentos e expertise gerados pela Fiocruz;
 2. Utilizar a capacidade instalada nas diversas unidades da Fiocruz para gerar inovação e transferência tecnológicas em saúde a partir de biorrecursos amazônicos;
 3. A partir da criação do Fundo Fiocruz de Fomento à Inovação, potencializar recursos para financiar projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação centrados nos biorrecursos amazônicos;
 4. Articular e estabelecer, com diversos agentes, locais nacionais e internacionais, ações estratégicas que objetivem o desenvolvimento tecnológico e inovação centradas nos biorrecursos amazônicos;
 5. Capitanear as políticas de estado em saúde pública objetivando a promoção da equidade e o bem-estar da população brasileira residente na Amazônia;
 6. Potencializar a formação e atração de RH para atuar em pesquisa e inovação na região amazônica.
 7. Ao reconhecer o papel estratégico da Fiocruz na região deverão também ser fortalecidas e construídas novas pontes entre a ciência e os povos tradicionais, para a efetivação das políticas públicas em Saúde, tornando assim o SUS mais presente em todo o território nacional e a Fiocruz, como uma instituição de Estado fortalecida e atuante em defesa da saúde de todos os brasileiros e brasileiras.
-

TESE 10

A Fiocruz deve estar presente e comprometida com um mundo mais solidário e igualitário, por meio da cooperação técnica internacional, baseada nos conceitos de diplomacia da saúde e da ciência e tecnologia em saúde no contexto da saúde global.

QUESTÃO

Como reafirmar e aperfeiçoar o papel protagônico da Fiocruz na diplomacia da saúde e da ciência e tecnologia em saúde? Como levar isto a termo por meio da cooperação e da representação internacional, capazes de garantir a incorporação dos seus resultados de forma solidária, compartilhada, mas soberana? Como se relacionar internacionalmente com outras grandes instituições incorporando inovações tecnológicas de alto nível e relevância para o SUS, apoiando simultaneamente um processo de solidariedade com o desenvolvimento de sistemas de saúde e de CT&I em saúde com o mundo em desenvolvimento?

FUNDAMENTAÇÃO

Historicamente, desde o início de suas atividades há 117 anos, a Fiocruz, ao conciliar, a cooperação internacional em saúde, tanto norte-sul quanto sul-sul, tem se valido da CT&I de alto nível produzida nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que compartilha os conhecimentos produzidos por seu corpo altamente qualificado de pesquisadores e a formação de recursos humanos de alto nível para os sistemas de saúde e de CT&I de países em desenvolvimento parceiros.

Em anos recentes este processo se intensificou, com a transferência de recursos tecnológicos de alto nível em insumos para a saúde (como vacinas, medicamentos, biofármacos, recursos para diagnóstico etc.) e conhecimentos de alto padrão e relevância (resultantes de pesquisas biológicas e biomédicas, clínicas e de saúde pública – muitas vezes com a convivência destas dimensões num mesmo projeto, sempre desenvolvidos de forma soberana pela instituição com seus parceiros), que tem sido apropriados pela Fiocruz para benefício da população brasileira e dos sistemas brasileiros de saúde e de CT&I. Tudo isso conduzido, em última análise, por uma cooperação internacional adequadamente formulada e implementada em todos os níveis da instituição – por cada pesquisador, professor ou tecnólogo, e por cada um e todos os diversos Institutos da Fiocruz.

A Fiocruz é reconhecida como a instituição mais ativa na cooperação sul-sul em saúde e CT&I por meio da ‘cooperação estruturante em saúde’, cujos conceitos e práticas foram cunhados no interior da nossa instituição, beneficiando centenas de instituições e países parceiros, além de contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida de milhares de pessoas ao redor do mundo, o que lhe granjeou profundas admiração e respeito nos complexos e exigentes campos da saúde e da CT&I em saúde. Esta orientação e conjunto de ações atraiu a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reconhece a Fiocruz, desde 2014, como Centro Colaborador em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, o primeiro no gênero no âmbito das autoridades sanitárias mundial (OMS) e regional (a Organização Panamericana da Saúde, OPAS).

Por este duplo papel, a cooperação internacional em saúde continua a merecer o caráter de prioridade institucional, funcionando como mecanismo transversal às demais atividades da Fiocruz.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Promover a diplomacia da saúde e da CT&I por meio da cooperação estruturante em saúde, guiada pelos princípios da solidariedade internacional e da equidade em saúde e outras políticas sociais



2. Contribuir para o desenvolvimento de sistemas de saúde públicos, universais, integrais, equitativos e de qualidade nos países parceiros, como parte do conjunto de políticas sociais, aprendendo também com as lições oferecidas pelos mesmos
 3. Orientar a cooperação da instituição em prol da integração regional priorizando a cooperação horizontal em relação à cooperação vertical
 4. Atuar no enfrentamento de práticas nocivas das políticas extra-setoriais globais sobre a saúde e na promoção de uma governança global comprometida com seus resultados sobre a saúde da população
 5. Atuar por uma governança da saúde global justa, democrática, equitativa e inclusiva (sistema ONU e mecanismos regionais, como CELAC, UNASUL, MERCOSUL, CPLP e outros)
 6. Aperfeiçoar a cooperação estruturante sul-sul com países em desenvolvimento – particularmente daquelas regiões apontadas como prioritárias, seja pelo governo brasileiro e ministério da saúde, seja pela identificação realizada pela própria instituição, correntemente a América do Sul, com viés de expansão para o restante dos países da América Latina e Caribe, a África lusófona, com viés de expansão para o restante dos países do continente, e os BRICS
 7. Construir políticas de internacionalização do ensino, pesquisa e inovação da Fiocruz, por meio da diplomacia, das colaborações e dos intercâmbios internacionais, fundamentados na qualidade e em princípios éticos.
-

TESE 11

A Fiocruz deve ser reconhecida em sua luta por uma sociedade mais justa e equânime, efetivando ações que garantam o reconhecimento da diversidade do povo brasileiro e suas demandas, seja no cotidiano da instituição nas políticas voltadas para seus trabalhadores, seja para a população usuária direta nas escolas, institutos e serviços de saúde, seja nos estudos e pesquisas desenvolvidos, buscando eliminar todas as formas de discriminação, exclusão e violência.

QUESTÃO

Como fortalecer a Fiocruz enquanto instituição que busca eliminar todas as formas de discriminação, exclusão e violência, tanto em seu espaço organizacional como na sociedade, sendo promotora de justiça social e de equidade de gênero, etnia e acessibilidade?

FUNDAMENTAÇÃO

A Fiocruz, como instituição de Estado, do Sistema Único de Saúde (SUS), é fundamental para a garantia do direito à saúde, devendo reafirmar o seu compromisso com a defesa dos direitos humanos a todo povo brasileiro, reconhecendo a diversidade da população, seja nos serviços prestados ao público, seja no cotidiano das ações de seus trabalhadores nos diferentes campi.

Fiocruz como uma instituição que historicamente defende os grupos mais vulneráveis socialmente, possibilitando o radical reconhecimento da humanidade de todas as pessoas, a despeito de raça e etnia, gênero, religião, orientações sexuais, crenças políticas e classe social.

O momento político atual desqualifica o trabalhador e potencializa as iniquidades e desigualdade social. Por isso é fundamental a construção de uma política institucional que garanta o exercício da cidadania e opere em vários níveis em planos de ação de curto, médio e longo prazo, para dar conta transversalmente de aspectos ligados a educação, informação, comunicação, patrimônio arquitetônico, permanência de reserva de vagas em concurso público possibilitando empregabilidade e ampliando postos de trabalho.

Historicamente a Fundação vem aperfeiçoando suas estratégias que reforcem este compromisso com a adoção de ações afirmativas como a adoção de cotas em seus concursos e em diversos processos seletivos (cursos Técnicos e Pós-Graduação), ações de acessibilidade em cumprimento a legislações nacionais e indicações internacionais, ampliação dos espaços de discussão sobre equidade de gênero e raça, combate a práticas de Assédio no Trabalho.

DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ

1. Fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre os impactos na saúde relativos as perdas de direitos sociais evidenciados na contemporaneidade, que fundamentem a construção de políticas futuras.
2. Ampliar espaços de discussão com o público interno e externo sobre a diversidade da população brasileira, suas necessidades e direitos.
3. Ampliar o papel da Fiocruz na defesa da diversidade de gênero, racial e inclusão da pessoa com deficiência tanto na relação com os movimentos sociais quanto nas suas políticas internas junto aos trabalhadores, estudantes e usuários dos serviços.
4. Reconhecer, de fato, o direito de todos à acessibilidade, adaptando e adequando recursos e tecnologias; implantando políticas inclusivas; atendendo e acompanhando trabalhadores, estudantes e usuários para que tenham amplo acesso aos nossos serviços. Para tanto, deve envidar esforços na formação dos profissionais e na sensibilização da comunidade em favor do fortalecimento de uma cultura de inclusão e de valorização da diversidade; promover, pelos diversos meios a seu alcance, a acessibilidade física, de mobilidade e de comunicação; propiciar espaços, ambientes e equipamentos indispensáveis ao apoio as pessoas com deficiência; investir na preparação de recursos humanos para o mercado de trabalho; ampliar as estratégias de empregabilidade de pessoas com deficiência.



5. Avançar na implementação da Política de Enfrentamento da Violência e Assédio Moral no Trabalho, elaborada pela Comissão de mesmo nome, e aprovada em Conselho Deliberativo. Em especial, a) adotar medidas de prevenção de situações de violência, enfatizando a promoção da consciência quanto ao problema; b) promover o acolhimento e tratamento das situações de conflito e violência no trabalho; c) promover ações que estimulem a comunidade Fiocruz a rever posturas discriminatórias e autoritárias nas relações de trabalho e apurar qualquer indício de assédio moral e sexual adotando medidas punitivas aplicáveis em caso de confirmação; d) promover a cultura da ética no trabalho. O enfrentamento da violência psicológica no trabalho passa pela revisão das práticas e mecanismos institucionais favorecedores do individualismo. A Fiocruz precisa fortalecer a democracia, o diálogo e a construção coletiva nas relações sociais de trabalho. É preciso ter como alvo a criação de coletivos de trabalho protetores e solidários.
 6. Promover a equidade na instituição, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Implica também desenvolver ações afirmativas, que contribuam para reduzir as desigualdades de gênero e de raça.
 7. Fazer frente ao racismo institucional, com a disseminação de ações afirmativas que combatam qualquer tipo de discriminação racial.
 8. Manter políticas afirmativas e inclusivas em todos os níveis educacionais, garantindo acesso a pessoas de todos os estratos sociais, gêneros, raças e etnias.
-